



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 533 - DE 04 DE DEZEMBRO A 18 DE DEZEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00



Morre Fidel Castro **Viva a Revolução Cubana!** **Pelos Estados Unidos** **Socialistas da América Latina**

Abaixo Temer - Por um Governo Operário e Camponês

Operários, camponeses e demais oprimidos, lutemos por reorientar nosso movimento para o campo da luta independente diante do patronato e dos seus governos! Libertemo-nos da política de conciliação de classes do PT e de seus aliados! Livremos os sindicatos, as centrais e as organizações estudantis das direções burocráticas pró-capitalistas! Organizemos uma poderosa frente única de defesa das reivindicações, baseada nas assembleias e comitês de luta! Toda força à unidade dos explorados da cidade e do campo, sob a direção política da classe operária!

O caminho a tomar

O impeachment de Dilma Rousseff, a ruptura da aliança governamental do PT e seu expurgo do comando do Estado não estancaram o curso da crise política. A nova aliança, que se constituiu no processo de derrubada do governo petista, não conseguiu estabilizar a governabilidade. Michel Temer conta com uma grande maioria no Congresso Nacional. Os presidentes do Senado e da Câmara Federal estão completamente alinhados com o Planalto. A oposição parlamentar liderada pelo PT não tem força para nada.

A aprovação da PEC 241 (55) por esmagadora maioria deu o instrumento estratégico de política econômica exigida pelo ministério da Fazenda. Há disposição de encaminhar as reformas da previdência e trabalhista. O diagnóstico do ministro Henrique Meirelles de que a tarefa central do governo é a de economizar recursos despendidos à previdência, saúde, educação, programas sociais e funcionalismo para saldar a dívida pública vem sendo compartilhado pela burguesia e pela aliança golpista. O imperialismo apoiou o golpe de Estado e, agora, aplaude a diretriz do ministro Meirelles.

Nas eleições municipais, o PT foi arrasado. As manifestações contra Temer têm sido limitadas a setores da pequena-burguesia, principalmente estudantil e servidores públicos. A burocracia sindical continua a cumprir seu papel de colaboração de classes com a burguesia.

A não ser as limitadas manifestações, os demais fatores são favoráveis à governabilidade. No entanto, a crise política continua sua marcha e não tem permitido a estabilização. Isso se deve à impossibilidade do governo golpista conceber um plano capaz de se contrapor à recessão, à queda dos investimentos, ao crescimento do desemprego e à perda de capacidade de consumo da população.

A retração do crescimento e o mergulho do País na recessão, que se prolonga, desequilibraram todos os fatores da economia nacional. Emergiu na ponta do iceberg a gigantesca dívida pública e estremeceu em sua base a quebra de importantes estados da federação. A força de trabalho foi e tem sido duramente mutilada. Esgotou-se a possibilidade de a população se endividar e parte dela já não garante o pagamento de seus débitos. A renda média que vinha vagarosamente crescendo passou para o descenso.

As profundas contradições sociais que pareciam estar a caminho de um equacionamento mínimo mostraram-se vivas e tendem a se agravar. As demissões em massa, o alto índice de desemprego e a redução salarial (via inflação, via corte direto ou via acordo de flexibilização de trabalho) evidenciam um alto nível de destruição de forças produtivas e de retrocesso nas condições de existência das massas. De conjunto, expressam a decomposição mundial do capitalismo, decomposição que se manifesta nas formas particulares da economia nacional, ou seja, nas formas particulares de um país semicolonial.

O governo do PT, que se pretendia nacional-reformista, se mostrou impotente para enfrentar a nova situação aberta

com a crise de 2008 e sucumbiu. A crise política que concluiu com o impeachment expôs a incapacidade do petismo de contrariar os interesses do capital financeiro, rechaçar as pressões das multinacionais e combater a orientação mundial ditada pelo imperialismo.

O governo golpista está livre dos obstáculos políticos enfrentados pelo governo de Dilma Rousseff, mas não das leis econômicas e sociais do capitalismo em decomposição. Temer e Meirelles instituíram uma linha francamente pró-imperialista. Unificaram as frações mais poderosas da burguesia nacional em torno do plano de ajuste fiscal. Sua aplicação resulta em ataque brutal às massas e em garantias ao parasitismo financeiro. Essa via amplia a subserviência do País aos ditames internacionais do imperialismo. Eis por que está na base que condiciona e impulsiona a crise política.

Ao não conseguir dar uma resposta imediata à decomposição econômica e social, não teve como impor uma severa centralização do Estado. O golpe teve por fundamento justamente a necessidade de recompor a centralização do poder de comando do governo sobre as instituições e sobre as classes sociais. O punho de ferro presidencial é necessário para estancar as tendências desestabilizadoras. Faz parte delas a Operação Lava Jato, que tem meios para fustigar homens do governo. A autonomia alcançada pelos vários poderes do Estado não é compatível com a necessidade de disciplinamento da crise política desagregadora.

A continuidade dos escândalos de corrupção e das investigações da Lava Jato ainda marca o desenvolvimento da crise. No entanto, a classe operária não tem podido tirar proveito da instabilidade governamental porque se acha contida pela burocracia sindical e pela política do PT. As demissões em massa, a ausência de uma resposta classista e a imposição dos acordos de flexibilização capitalista do trabalho a golpearam profundamente. O movimento da pequena-burguesia, por si só, não tem como bater de frente com o governo cambaleante.

O PT se rearticula como oposição burguesa. É sinal de que trabalha para canalizar a luta para o parlamento. O comprometimento de Temer com o escândalo de corrupção envolvendo o ex-ministro Geddel foi o caminho para se pleitear a abertura de um processo de impeachment. Para isso têm servido o MST, UNE, CUT e CMP. Essa via de oposição ao governo golpista continua sendo expressão da crise interburguesa, que culminou com a derrubada do PT do poder do Estado. É preciso denunciar que se trata de um conduto para subordinar os explorados às soluções burguesas para a crise. Temer será, de fato, combatido com a classe operária se organizando em defesa de suas reivindicações e estratégia de poder próprios. Lutamos para que as bandeiras de emprego e salário se vinculem às bandeiras de derrubada das reformas antinacional e antipopular de Temer. E a bandeira de “Abaixo o governo golpista” esteja condicionada à estratégia do governo operário e camponês.

Novos passos da crise política

Nem bem afirmamos no jornal Massas anterior que Michel Temer não tinha enfrentado novos tropeços com seus ministros acusados de corrupção pela Operação Lava Jato, eis que o ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero, denunciou o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de pressioná-lo a cometer um delito. Pretendia que o Instituto Histórico Nacional (Iphan) modificasse o parecer que embargou a obra *La Vue na Ladeira da Barra*, área nobre de Salvador, Bahia. Isso porque o Sr. Geddel é proprietário de um apartamento. Depois se averiguou que o ministro, responsável por articular o Planalto com as Casas do Congresso Nacional, estava na verdade defendendo interesses particulares não apenas seus, mas também de sua família.

O ministro da Cultura demonstrou claramente que o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o próprio presidente da República, Michel Temer, também o pressionaram para que acatasse o pedido do ministro da Secretaria de Governo. O caso explodiu como um novo escândalo. Não se tratava de uma denúncia da Lava Jato, mas de uma ação no interior da cúpula governamental, digna de republicaleta semicolonial.

No primeiro momento, Temer procurou amenizar o impacto da revelação e conservar Geddel. Mas as provas apresentadas por Calero à Polícia Federal eram tão chocantes que não houve outra solução senão a renúncia do larápio. O problema não se encerraria aí. Afinal de contas, o Sr. Temer se mancomunou com Geddel. Criou-se um suspense nacional sobre uma possível gravação feita por Calero, provando o envolvimento de Padilha e Temer. Parece que a PF e a Justiça resolveram ocultar. Não havia interesse das instituições que participaram do golpe contra Dilma Rousseff de vazarem informações e armar uma campanha contra o presidente da República. De qualquer forma, não restou dúvida que a conduta presidencial indicou que a “Cosa Nostra” habita o centro do Planalto.

Os partidos que se uniram para impor o impeachment tiveram de socorrer o governo usurpador. O “respeitável” Fernando Henrique Cardoso foi convocado a unir o PSDB em torno de Temer. Seu pronunciamento esteve à altura de sua figura política. A imagem de uma ponte frágil, que poderia ser uma pinguela, estendida entre o impeachment e as eleições de 2018 foi o melhor que poderia dizer diante de um escancarado caso de corrupção envolvendo a tríade que tem as rédeas do País em suas mãos. De cara lavada, o Sr. Aécio Neves pediu investigação contra o ex-ministro Marcelo Calero, por ter gravado a conversa com o presidente da República. Aqueles que cometeram crime de corrupção comparecem como vítimas inocentes de um ex-ministro criminoso e suspeito quanto aos seus obscuros objetivos.

A crise de governo não é de todo ruim para o PSDB, desde que não transborde e impulse um movimento de massa. A aliança com o PMDB objetivou derrubar Dilma, o que pressupunha o fortalecimento do PSDB que aspira retomar o poder do Estado. Uma vez vitoriosos, estão de mãos dadas para atravessar a “pinguela”, aludida por Fernando H. Cardoso. Se fosse outra a situação, certamente, o PSDB estaria em posição neutra ou de ataque ao PMDB. Está aí por que o senador Renan Calheiros pediu ao PSDB, em tom de reclamação, que tivesse maior participação no governo. O que expressa, na hora difícil, em que se tem de “sair do buraco”, uma denúncia contra o aliado que trabalha para ser vencedor nas eleições presidenciais.

Os partidos da base aliada e a imprensa procuraram tomar o caso Calero como isolado, sem ligação com a Lava Jato e com o impeachment de Dilma Rousseff. É como se não fizesse parte do que se denominou “corrupção sistêmica”, para acusar o governo do PT e sustentar o golpe institucional. Ocorre que o governo e o Congresso Nacional golpistas não conseguiram frear a Lava Jato, embora as investigações tenham sido arrefecidas e as denúncias reduzidas em seu ritmo. O mal-estar provocado pela revelação de Calero é um sintoma de que a crise política continua sua marcha objetiva, cega e, portanto, de difícil controle.

A derrubada da presidente eleita por meio de manobras políticas, policiais e judiciais não foi a solução para a crise política, mas um enorme complicador. O Temer não conta com as ilusões democráticas das massas, que se potencializam quando o governo é eleito. Está isolado da maioria oprimida e tem de atacar suas condições de existência. A recessão não foi superada e se espera uma baixíssima recuperação. Cresce o descontentamento dos explorados, que somente não está em choque aberto com o governo devido à contenção da classe operária pela burocracia sindical.

A “pinguela” de Fernando H. Cardoso servirá à travessia do governo golpista caso as centrais sindicais e movimentos mantenham a canalização da revolta operária e popular dirigindo-a para morrer no parlamento e se anestesiar com as eleições.

O PT vê no isolamento de Temer, nos escândalos de corrupção e na insatisfação das massas a possibilidade de recuperar-se. Deve demonstrar à burguesia que é imprescindível à colaboração de classes. Esteve ameaçado de cisões após o impeachment e a derrota nas eleições municipais. A situação instável do governo Temer e a retomada do protagonismo político a partir do descontentamento dos explorados e da juventude reacenderam a esperança do PT de recuperar o terreno perdido.

O PCdoB, que esteve o tempo todo abrigado na sombra do Estado, resolveu acionar a UNE e UBES. As lutas em grande medida espontâneas dos secundaristas alertaram a burocracia estatizante para o perigo de se constituir organizações independentes. Se antes a vanguarda revolucionária combatia o governo petista e sua burocracia sindical governista, agora tem de combater o governo golpista de Temer e a política oposicionista do PT e do PCdoB.

A imediata entrada com o pedido de impeachment de Temer diante do escândalo Calero/Geddel e a orientação para avivar a bandeira de eleições antecipadas evidenciam as manobras da oposição burguesa, agora encarnada pelo PT e sua aliança de esquerda. A tônica voltada para a corrupção expressa a impotente política do reformismo perante a decomposição da política burguesa e do seu Estado oligárquico. A direita que se articula pelas redes sociais – Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, etc,- está pronta para insuflar a classe média nessa linha.

Os movimentos e a vanguarda devem rechaçar a reconstituição da oposição burguesa via PT e aliados, combater a direita golpista e responder à crise com as reivindicações, os métodos e a política da classe operária. É preciso vincular as reivindicações de emprego e salário com as voltadas diretamente contra o governo – Abaixo a PEC 241 (55), Abaixo a reforma do ensino médio, Abaixo as reformas da previdência e trabalhista. É preciso desenvolver no seio dos explorados a estratégia própria de poder: lutamos para derrubar o governo burguês e constituir um governo operário e camponês.

Somente a classe operária pode derrubar as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista

É visível o descontentamento dos explorados e da juventude com o governo de Michel Temer. O principal motivo não é porque se trata de um governo nascido do golpe institucional, mas porque as condições de vida têm piorado sensivelmente e porque as medidas econômicas e sociais em curso se chocam com as necessidades mais elementares da população. É claro que aqueles que sofrem na carne a crise capitalista e a brutal exploração começam a enxergar o vínculo do desemprego crescente, inadimplência, destruição de direitos e avanço da pobreza com o golpe que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

O sentimento é: se estava ruim com o governo do PT, agora, piorou. De fato, o governo de Dilma Rousseff se colocou por proteger o grande capital diante dos desequilíbrios econômico-financeiros; o golpe foi desfechado precisamente para ir mais além do que previa o governo petista. Ocorre que foi apresentado como um meio para retomar o crescimento, reverter a recessão, conter a destruição maciça de postos de trabalho e trazer de volta à produção os milhões de desempregados. Ao contrário, a PEC 241 (55) aprofunda a recessão, atinge frontalmente a saúde, educação, moradia, os programas sociais, o salário mínimo e corta empregos públicos. Em especial, a PEC 257 objetiva precarizar os serviços públicos e reduzir o quadro do funcionalismo. A MP 746 resulta na expulsão de uma importante camada de jovens do ensino médio e estabelece uma diferenciação entre os que podem e os que não podem frequentar o ensino médio em tempo integral. O problema não pára por aí. Estão previstas as reformas da previdência e trabalhista. O que quer dizer que a PEC 241 (55) é apenas um mecanismo geral que permite aos governos realizarem o chamado ajuste fiscal. Somente servirá à administração capitalista da crise, caso os governos imponham as demais medidas. É parte do plano Temer/Meirelles que os estados e municípios sigam à risca os cortes e contenção de gastos, custe o que custar à população.

A missão do governo Temer é a de viabilizar o pagamento dos gigantescos juros da dívida pública. Tudo o mais pode ser sacrificado, menos os interesses do capital financeiro e do imperialismo. A crise econômica, que vem destruindo em grande escala postos de trabalho, é de ordem internacional. Está aí por que o violento “ajuste fiscal” serve diretamente às potências. Os explorados brasileiros, assim, carregam nas costas a burguesia nacional e a imperialista. É preciso ter claro a dimensão do problema e de seu caráter de classe. Não serão manifestações de uma parcela descontente da classe média e da juventude estudantil que irão romper o círculo de ferro do governo antinacional e antipopular.

Sem dúvida, essas manifestações têm mostrado o caminho a seguir. Ganhar as ruas e ocupar as escolas indicam aos demais explorados que sem luta coletiva o governo golpista avançará em seus propósitos reacionários. O confronto de milhares manifestantes em Brasília, no dia 29 de novembro, com o aparato policial, por sua vez, deu mais uma prova de que o combate será cada vez mais contundente. O ato do dia 27, em São Paulo, expôs a gravidade da ausência de uma clara definição política e de uma direção voltada, de fato, a combater o governo burguês de Temer, uma vez que esteve sob a bandeira eleitoreira do “Fora Temer” e de “Combate à corrupção”. Mais grave ainda foi a do dia 25, que previa uma ação conjunta das centrais, mas que concluiu com um embuste da burocracia sindical.

As recentes ocupações de centenas de escolas e universidades alertaram o governo para a possibilidade de uma luta mais generalizada. Seu isolamento, no entanto, demonstrou os limites de um movimento

setorializado. As manifestações dos dias 25, 27 e 29 tinham tudo para ampliar nacionalmente o movimento. O que não ocorreu devido à política conciliadora, parlamentar e divisionista das direções sindicais, populares e estudantis. Em palavras, se levanta a bandeira da greve geral, mas na prática a sabotam.

Isso explica, em parte, por que a classe operária que está sendo tão duramente atingida não se levanta contra o governo golpista e os capitalistas. As burocracias sindicais da CUT, Força Sindical, CTB e congêneres colaboram com os empresários, em particular com as multinacionais, negociando as demissões e a flexibilização capitalista do trabalho. Desarmam, por baixo, a classe operária, utilizando os sindicatos, para impor acordos que facilitam a destruição de postos de trabalho. E, por cima, colaboram com o governo golpista evitando que as reivindicações da classe operária ganhem força por meio da organização, das greves e das manifestações massivas do proletariado. Vemos que têm manobrado o tempo todo com bandeiras burguesas, como as de “juros baixos”, “incentivos ao crédito” e de participação dos sindicatos nas “mesas” sobre as reformas previdenciária e trabalhista. A CUT, em especial, joga com a bandeira distracionista e eleitoreira do “Fora Temer”.

A Força Sindical é pró-Temer, é parte do golpe. A UGT é carne e unha da Força Sindical. A CUT que era governista se tornou oposição, seguindo a mesma linha do PT. A CTB/PCdoB é carne e unha da CUT. Essa divisão da burocracia expressa faces da política burguesa. Não são de fato contraditórias, uma vez que acabam servindo, de uma forma ou de outra, de correia de transmissão da política burguesa para o interior do movimento sindical. No movimento estudantil, a UNE e UBES, dirigidas pelo PCdoB/PT, até ontem eram governistas e bloqueavam todas as iniciativas estudantis, que atingiam o governo petista. Agora, que foram desapeadas do poder, procuram canalizar a revolta da juventude para via institucional. Expressam no movimento estudantil as divisões burocráticas do movimento sindical.

Está claro que a queda do governo do PT e o desmanche de sua aliança burguesa no seio do Estado não romperam o domínio da política de colaboração de classes, que bloqueia o proletariado. Essa gente saiu da condição de governo burguês para oposição burguesa. Esse é o ponto central da situação política, ou melhor, da dificuldade das massas se levantarem contra o governo golpista, antinacional e antipopular. Esses acontecimentos revelam que a queda de um governo burguês, que se veste de reformista, e a perda de espaço no Estado por parte da burocracia sindical, por si só, não destroem a política de colaboração de classes e não potenciam o proletariado como classe revolucionária. Para que o combate das massas se dê no terreno da independência de classe, é preciso o partido revolucionário. Não temos esse partido. O Partido Operário Revolucionário é o seu embrião.

A CSP-Conlutas não conseguiu superar a política do centrismo, encarnada pelo PSTU. Seu erro de caracterização do golpe foi grave. No entanto, o mais prejudicial tem sido a bandeira do “Fora Todos e Eleições Gerais”, que acabou confluindo com a estratégia política do próprio PT, PCdoB e PSOL. O fato é que a CSP-Conlutas não tem servido de canal do descontentamento da classe operária e da juventude. A bandeira do “Fora Temer” a mantém subordinada à linha oposicionista da burocracia sindical cutista. A tentativa de se diferenciar por meio da bandeira “Greve Geral” se mostra vazia, uma vez que não combate com o programa revolucionário o bloqueio do reformismo. Está aí por que a esquerda centrista se negou terminantemente a enfrentar o gol-

pe partindo das necessidades mais elementares dos explorados e se colocando sob a estratégia do governo operário e camponês. Não é por falta de disposição de luta dos explorados que não se põem em pé um movimento nacional contra o governo Temer. Não é por falta de isolamento do governo golpista diante da população que a classe operária não está à frente das lutas. Não é por falta de grandes motivos que ainda não amadureceram as condições políticas no seio das massas para a greve geral. Estamos diante de uma nova situação em que os governistas que perderam o poder, agora, trabalham por recuperar o terreno, utilizando-se do aparato sindical para bloquear a revolta dos oprimidos e mostrar à burguesia o quanto são importantes para a estabilidade do regime.

O governo perde um ministro após outro, acusados de corrupção. O fato mais grave, que acaba de vir à tona, é a denúncia do ex-ministro da Cultura, que pediu demissão do cargo, contra Geddel Vieira, ministro da Secretaria de Governo. O caso envolve o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e próprio presidente da República. Era o sinal que o PT, PCdoB e PSOL esperavam para recorrerem ao pedido de impeachment. Procuram potenciar a campanha do “Fora Temer e Eleições Já”. Engana-se quem ache que a oposição burguesa e a pequeno burguesa pretendem derrubar o governo golpista por meio da luta das massas. Está em andamento a pavimentação das disputas em torno das eleições de 2018. O PT necessita se erguer. Não apenas se erguer do golpe contra seu governo, mas também da arrasadora derrota eleitoral nas eleições municipais. Está se valendo do descontentamento dos explorados para canalizá-los em função de seus objetivos de poder pró-capitalista. Caso essa linha persista e tenha êxito, há o risco da maioria oprimida acabar fortalecendo o PSDB, às custas do naufrágio do governo do PMDB.

Vemos que a Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, CUT, CTB, MST e MTST não modificaram o conteúdo de sua política frentista de desaguar as manifestações no Congresso Nacional e finalmente sacrificar a luta de acordo com a decisão parlamentar. Assim se comportaram sob o processo de impeachment e assim se comportam sob o governo golpista. É preciso rechaçar o desvio do movimento para o pedido de impeachment de Temer, para a hipócrita campanha contra a corrupção e para a defesa de Lula.

O Senado votou em primeiro turno a PEC 55 (PEC 241), apesar de Brasília ter se tornado uma praça de guerra. A burguesia está abismada com o comprometimento de altas autoridades do governo com a corrupção, mas continua unida em torno de Temer. O PSDB, tendo à

PEC do Teto é aprovada no Senado

No dia 29 de novembro, em meio à agudização da crise política do governo Temer, aos protestos e à forte repressão na Esplanada dos Ministérios, o Senado aprovou em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição no 55 (antiga 241), conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos. Foram 61 votos favoráveis e apenas 14 contrários. Trata-se de um brutal ataque aos explorados, que congelará o orçamento da saúde, educação, planos assistenciais, por 20 anos. A correção apenas da inflação não acompanhará a crescente demanda pelos serviços públicos, seja pelo crescimento populacional, envelhecimento ou mesmo maior necessidade do sistema de saúde e educação públicos ante a perda de renda e emprego que têm acompanhado a crise econômica no Brasil. Caso o teto seja ultrapassado, as sanções serão descarregadas mais uma vez sobre o funcionalismo e usuários dos serviços públicos. Os salários de servidores serão congelados e novas contratações serão proibidas.

frente Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a se manifestar em defesa da estabilidade política para acalmar e dar alguma segurança à classe capitalista e ao imperialismo. O fundamental está em que não precisa ter receio da oposição do PT.

Os explorados e sua vanguarda política estão diante da tarefa de romper com a política pró-capitalista do PT e das frentes que a sustentam. Nada de amarrar o movimento às disputas interburguesas, que apenas tomaram outra forma depois do impeachment. Mantém-se a tarefa de conquistar a independência política e organizativa do proletariado e do movimento das massas. A defesa da estratégia do governo operário e camponês é que distingue o campo proletário do burguês. A bandeira que corresponde é a de “Abaixo o governo burguês de Temer e por um governo operário e camponês”. Esse é o guia seguro no mar revolto da crise.

Sem dúvida, o ponto de partida da mobilização operária, camponesa e estudantil está no plano de reivindicações voltado à defesa dos postos de trabalho, dos salários e das demais necessidades vitais da maioria. Está nas bandeiras voltadas a derrubar a política antinacional e antipopular do governo e as consequentes reformas reacionárias.

Fim das demissões! Redução da jornada sem redução dos salários! Fim da terceirização! Efetivação dos terceirizados! Emprego a todos! Escala móvel das horas de trabalho! Fim da miséria e da fome! Salário Mínimo Vital de acordo com as reais necessidades da família! Fim das perdas salariais! Escala móvel de reajuste de acordo com a alta do custo de vida! Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio! Fim da opressão no campo! Terra aos camponeses! Não pagamento da dívida pública! Que todos os recursos sejam destinados à solução das tarefas democráticas!

A luta por essa plataforma, sem dúvida, permitirá acrescentar outras reivindicações, ainda que específicas e setoriais. O ponto de partida deve ser o programa que responde às necessidades e aspirações do conjunto dos explorados.

Operários, camponeses e demais oprimidos, lutemos por reorientar nosso movimento para o campo da luta independente diante do patronato e dos seus governos! Libertemo-nos da política de conciliação de classes do PT e de seus aliados! Livremos os sindicatos, as centrais e as organizações estudantis das direções burocráticas pró-capitalistas! Organizemos uma poderosa frente única de defesa das reivindicações, baseada nas assembleias e comitês de luta! Toda força à unidade dos explorados da cidade e do campo, sob a direção política da classe operária!

Novos governistas e ex-defensores do ajuste fiscal

Os novos governistas mentiram descaradamente na tribuna do Senado ao dizer que saúde e educação não serão afetados. Expunham apenas os valores do orçamento de 2017, ocultando os impactos ao longo dos 19 anos seguintes. Fraudulentamente, o relator, Eunício Oliveira (PMDB) atribuiu o chamado “desequilíbrio fiscal” ao crescimento das despesas primárias, ou seja, das chamadas políticas públicas. Afirma que estes gastos cresceram 5,7% ao ano, de 1997 a 2015, enquanto o PIB cresceu menos de 3% ao ano no mesmo período. Ocultam o peso dos juros e amortizações da dívida pública que consomem quase metade do orçamento da União. Escondem que a PEC garantirá um esquema obscuro de transferência de recursos dos cofres públicos para o capital financeiro, por meio da exceção do teto em relação à capitalização de “empresas estatais não dependentes”. O

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

negócio envolve a venda de papéis garantidos pelos entes federados com descontos de até 60% a investidores privilegiados em que são garantidos juros que chegam a mais de 20% ao ano. Ou seja, cortarão da carne dos trabalhadores para servir um filé suculento aos parasitas do capital financeiro.

Para suavizar o fato de que esta emenda impactará os próximos cinco governos eleitos, apresentam como grande alívio o fato de que em dez anos a medida poderá ser alterada por lei complementar por iniciativa da Presidência da República.

Os antigos governistas, agora praticamente reduzidos ao PT e PCdoB, demagogicamente condenaram a PEC ocultando seu compromisso com os mesmos amos de Temer. O ajuste fiscal de Joaquim Levy também queria dar “segurança jurídica” ao capital financeiro e garantir acordos plurianuais ao funcionalismo. O governo Dilma também enviou ao congresso elevação da Desvinculação das Receitas da União para 30% e sua prorrogação até 2023, só não teve força para aprová-la. A política é a mesma, o que mudou (e muito) foi o grau e o ritmo do ataque. Dos 14 votos contrários à PEC do Teto, nove foram da bancada do PT, um do PCdoB e um da Rede. O PSB se dividiu, três votaram favoráveis à PEC e dois contrários. Kátia Abreu, do PMDB, também votou não.

A oposição apresentou três destaques, todos eles rejeitados por ampla maioria. 1) Deixar gastos com saúde e educação de fora do congelamento; 2) Fazer um referendo popular sobre a PEC; 3) Incluir juros e encargos da dívida no teto. A votação em segundo turno está prevista para 13 de dezembro.

A PEC e a crise política

Desta aprovação dependia e depende a continuidade do governo golpista de Temer. A partir do momento em que ele não mais conseguir centralizar as frações burguesas para aplicar as medidas de ataque aos explorados e benefício do capital financeiro, será removido. Seja via Lava Jato ou via TSE. Mesmo que seus ministros continuem caindo e já esteja exposto o papel de achacador exercido por Temer no caso da pressão sobre o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero para que favorecesse negócios privados do ministro-chefe Geddel Vieira, Temer se segura à cadeira presidencial conforme consegue acelerar e aprovar as medidas de ataque. Por este motivo, aconselhado por Aécio Neves (PSDB), pretende já iniciar em 2016 a tramitação da Reforma da Previdência, antes da conclusão da votação final da PEC do Teto.

A oposição parlamentar, ante a crise política, mostra sua impotência. Resta-lhe fazer bravatas, como a de Humberto Costa, líder do PT no Senado (PT/PE) que diz: “Nós da oposição podemos ser menores em número, mas não daremos um dia de trégua aos senhores. O que aqui dentro nós não conseguirmos vencer no voto, vamos provocar o Supremo”. O mesmo Supremo que avalizou o golpe institucional contra Dilma agora é evocado como via de salvação. O petista continua: “Esse será o caminho da PEC. Se ela passar incólume pelo Senado, tenho certeza de que não terá a mesma sorte no plenário do STF, onde deve ser enterrada pelos ministros”. O outro passo desastroso da oposição é a tentativa de emplacar um pedido de impeachment e defesa de eleições gerais, que já foi protocolado pelo PSOL. PT e PCdoB estão costurando um outro pedido que seria assinado pelo MST, MTST, UNE, CUT e CTB. Ou seja, permanecem na mesma vala das saídas no campo da política burguesa. Não contribuem para o avanço da independência de classe.

E a greve geral?

O dia 25 de novembro seria a data da muito falada Greve Geral. A pauta unificada era: Em defesa da saúde e educação: Contra a PEC 55 (antiga 241) e a Reforma do Ensino Médio; Em defesa dos direitos dos trabalhadores: Contra a Reforma Trabalhista; Em defesa da aposentado-

ria: Contra a Reforma da Previdência; Em defesa do emprego: Redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Os atos anteriores seriam os “esquentas” para o grande dia. Porém, o esquentar não foi suficiente. O dia 25 foi mais uma data marcada pelas manifestações de rua e bloqueios, com adesão de setores do funcionalismo, da juventude que está ocupando escolas e universidades e das direções de sindicatos e centrais.

Em Porto Alegre, ante os ataques do governador Sartori, cerca de 15 mil manifestantes, sobretudo do funcionalismo, foram às ruas. No Rio de Janeiro, o pacote de retirada de direitos promovidos pelo governador Pezão também se somou aos ataques de Temer e motivou que cerca de 2 mil manifestantes ocupassem as ruas. Em São Paulo, além do ato de rua, aconteceram atrasos na entrada de metalúrgicos nas fábricas da região. E, segundo a CSP-Conlutas, houve mobilizações em sete fábricas de São José dos Campos. Em Belo Horizonte, além de manifestações estudantis, petroleiros atrasaram a entrada na Refinaria Gabriel Passos. Em Recife, desde manhã vias importantes foram bloqueadas e os metroviários aderiram à paralisação. Na Paraíba, a principal manifestação na capital foi a dos bancários, enquanto em Campina Grande, os trabalhadores dos correios pararam por 24 horas. Em Fortaleza, os rodoviários aderiram ao dia de lutas, somando-se a operários da construção civil, estudantes e servidores. Em Natal, o ato culminou com a ocupação da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. No Paraná, estudantes da UFPR bloquearam a BR277 e metalúrgicos atrasaram a entrada em fábricas importantes. Em várias cidades, a ênfase foi dada no tema do dia 25 de novembro, um dia de combate à violência contra a mulher. Como se vê, a classe operária, com pequeníssimas exceções, segue alheia às movimentações, contida pelas burocracias e sem confiar nas direções sindicais.

Ocupa Brasília

No dia 29 de novembro, foi organizada uma grande manifestação chamada “Ocupa Brasília”. Contou com cerca de 30 mil participantes. Diferente de outras vezes, desde o início, a orientação era radicalizar, conforme se lê no ofício circular do Andes enviado às sessões sindicais. Ante a brutal repressão policial, que dispersou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, cavalaria e helicópteros, a juventude materializou esta radicalização: fez barricadas com banheiros químicos, virou carros, promoveu quebra-quebras nos ministérios e lançou pedras na polícia.

A ênfase dos senadores aliados a Temer, assim como da mídia monopolista, foi na condenação do vandalismo. A Força Sindical se somou ao clamor contra os “arruaceiros”, cumpre seu papel de burocracia traidora que expressa a política diretamente burguesa no interior do movimento operário.

A UNE ao mesmo tempo em que denunciou a repressão policial fez questão de afirmar que não incentivou “qualquer tipo de depredação do patrimônio público”. Criticou a falta de um “mínimo senso de diálogo” por parte do governo Temer. Nota-se que se acostumou à política de conciliação de classes e agora está impotente ante um governo que não tem muita margem para “dialogar” com a burocracia estudantil.

Somente a mobilização da classe operária poderá frear os ataques

Nos atos do dia 25 e 29 de novembro, evidenciou-se mais uma vez a ausência da classe operária. É esta classe que produz toda a riqueza que pode parar a produção, que pode protagonizar uma greve geral política para frear os ataques do governo Temer. As burocracias sindicais, porém, só falam de greve geral como um blefe. Temem perder o controle da classe. Querem reeditar a política de conciliação e tentar pegar alguma migalha que sobre da mesa dos banqueiros e patrões. Mais do que isso, não inspira confiança na classe. Acoçados pelo

medo do desemprego e na batalha pela sobrevivência cotidiana, os explorados não confiam nestas direções. A mobilização dos estudantes secundaristas está sendo importante, pressiona o governo Temer, se irradia para as universidades e funcionalismo. O muro das burocracias sindicais, porém, ainda não foi estremecido. A tendência objetiva é de que os explorados se lancem à luta em defesa de suas vidas, empregos, salários e direitos. Nas mobilizações atuais, é preciso avançar na formação de uma direção revolucionária para o movimento.

Cresce a necessidade de empunharmos a bandeira da frente úni-

Burocracia sindical boicota ato do dia 25/11 em São Paulo

Convocado para ser uma paralisação nacional contra a aprovação da PEC do Teto, o ato em São Paulo contou com pouco mais de 300 presentes no Viaduto Santa Ifigênia.

O que se viu foi os dirigentes sindicais das centrais sindicais levarem apenas alguns de seus funcionários e poucos trabalhadores.

Paulinho da Força Sindical foi o primeiro a falar. Ele contou a história da conquista de direitos na CLT, que teria vindo de muitas lutas e que portanto não caberia aceitar nenhum corte de direitos. Enquanto falava, os membros da CUT e CTB vaiavam e o chamavam de golpista. Logo acabou seu discurso.

Em seguida, falou o representante da CSP-Conlutas. Ele defendeu a organização da greve geral, mas sua central não mobilizou ninguém

ca sindical contra o capital e o imperialismo. Que afirme sem meios-termos a defesa do não pagamento da dívida pública. A defesa do emprego, dos salários e dos direitos. Tal política é guiada pela estratégia proletária que procura separar os explorados da influência da burguesia. Por esta via, o combate à PEC 55, assim como à reforma da previdência e trabalhista devem servir para que a classe avance na superação das ilusões democráticas e se coloque no caminho da revolução proletária, sob sua estratégia própria de poder, o governo operário e camponês.

para o ato desse dia. Defendeu ainda o Fora Todos, Eleições Gerais. Nota-se que a política da Conlutas está voltada para esse fim, que não passa pela organização real da greve geral. Índio, da Intersindical, defendeu os direitos, chamou a convocação do dia 29/11 em Brasília para lutar em defesa dos direitos. Foi vaiado pelos militantes da CUT e CTB. Carlos André Ortiz, do sindicato dos aposentados, disse que não aceitava a retirada de nenhum direito e que se deveria lutar.

Conclusão: todos os oradores fizeram discurso demagógico sobre a necessidade de defender os direitos, mas, concretamente, nenhum deles mobilizou para o ato. Isso comprova a necessidade de construir uma direção revolucionária, avessa ao eleitoralismo e parlamentarismo e defensora das reivindicações e dos métodos próprios de luta da classe operária.

Paraná: ataques ao movimento estudantil

Após o encerramento da greve do funcionalismo e servidores das universidades, os estudantes da UEL prosseguiram o movimento de greve e de ocupação da reitoria, da rádio e outros prédios.

Esta situação expôs diversas contradições presentes desde a greve do ano anterior. A greve estudantil, diferentemente da dos funcionários, não se limitou às reivindicações corporativas. Desde o início, encampou a oposição ao governo e à sua política de “ajuste fiscal”, denunciou o projeto da “Escola sem Partido” e a reforma do ensino médio. A greve estudantil retomou e ampliou o movimento das ocupações, protagonizado pelos estudantes secundaristas, no Paraná.

Por outro lado, expôs, também, a ausência de unidade entre os movimentos estudantil (ME), docente e funcionários, e as dificuldades para se conseguir esta unidade.

Contudo, distintamente da greve do ano anterior, o ME havia retomado sua organização. Tinha ocorrido um processo eleitoral para escolha da nova direção, duas chapas disputaram o pleito e foi eleita a que tinha um programa de enfrentamento ao governo e à burocracia universitária privatista. Embora fizesse pouco tempo da eleição, a direção eleita tinha o reconhecimento da base e conseguiu organizar um comando de greve representativo. No momento em que havia o isolamento da greve estudantil (os técnicos e professores tinham suspenso a greve, dia 4 de novembro), foi essa organização que permitiu ao ME enfrentar o monumental ataque a que foi submetido. Juntaram-se contra a greve estudantil, a Reitoria, o MBL, a Câmara Municipal, a imprensa burguesa, a OAB e os setores mais reacionários de professores, funcionários e estudantes da UEL.

A linha de frente do ataque foi assumida pela própria reitoria que, durante semanas, fingiu desconhecer o movimento, só se importando após a ocupação da reitoria. Fez todo tipo de ameaças, requereu a “reintegração de posse”, ao mesmo tempo em que tentava enrolar para desgastá-lo. Finalmente, assinou um “compromisso” para que houvesse a desocupação da reitoria e da rádio, atendendo parte das reivindicações e se comprometendo por es-

crita a não criminalizar o movimento. Por trás, no mesmo dia da desocupação, entrou na justiça com pedido de “interdito proibitório” que ainda tramita contra o DCE e mais vários estudantes.

Mas a ação reacionária não foi só a da reitoria. A imprensa burguesa fez uma campanha sistemática de condenação do movimento de greve e até do sindicato docente. O MBL, bando financiado pela burguesia, organizou manifestações para pressionar a desocupação da reitoria. O Ministério Público se meteu a legislar sobre questões acadêmicas para penalizar os grevistas. A OAB, seguido a mesma linha dos reacionários, se manifestou em defesa do “reestabelecimento da ordem”.

Outra importante linha de ataque está sendo perpetrada pelos setores mais reacionários da universidade, localizado entre professores, funcionários e estudantes de direita, que se organizaram em torno das decisões dos conselhos superiores para penalizar os grevistas e validar as atividades realizadas pelos fura-greves durante o período de greve. Estes setores hoje são majoritários e têm o apoio da reitoria, dos juizes, Ministério Público e da imprensa.

Ao mesmo tempo em que setores reacionários expõem sua política antidemocrática e repressiva, crescem as lutas estudantis, retomando sua organização e suas reivindicações de defesa do ensino público e contra a violenta precarização das escolas e universidades gratuitas. Inserindo, assim, o movimento estudantil na onda de manifestações e ocupações, que ocorre em outros estados contra as medidas do governo golpista.

Daí a importância de extrair as lições de cada luta. Uma delas foi a da necessidade de se constituir a Assembleia Geral Universitária, organismo que deve responder aos problemas da universidade. É na Assembleia Universitária onde se colocará com clareza a defesa da autonomia e o governo tripartite. Também está posto, para o próximo período, a retomada do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público Paranaense. Nesse momento, nossa tarefa é ampliar a campanha com as moções, abaixo-assinados, etc. contra a repressão. Defesa da ocupação e da greve contra a criminalização do movimento estudantil e de seus lutadores.

Paraná

REITORIA APUNHALA PELAS COSTAS O DCE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UEL

Mesmo após desocupação do prédio da reitoria e da rádio da universidade, desocupação realizada após diversas ameaças de reintegração de posse feitas pela reitoria, a administração da universidade apunhala o movimento de estudantes com uma ação de interdito proibitório, impedindo que ocorram novas ocupações e aproveitando para criminalizar as ocupações.

A reitoria assinou no processo de negociação, um termo de compromisso em que não iria reprimir e nem criminalizar o movimento grevista. Após a desocupação, deu entrevistas dizendo que a saída dos estudantes foi resultado de um processo de diálogo de sua gestão democrática e cidadã. No mesmo dia, entrou com a ação de interdito, nominando o DCE e mais 14 estudantes, entre eles negros, tatuados, cotistas, caracterizando-os como radicais e atores das “invasões”. Fez isso justamente para intimidar os estudantes com multa diária no caso de novas ocupações. Não demorou muito para comunidade universitária tomar conhecimento da ação. O sindicato de professores exigiu que ela retirasse a ação por se tratar de uma ação repressiva e antidemocrática. Após a exigência do sindicato, a reitoria solicitou à justiça que a mesma a suspendesse por 5 dias, o que o juiz acatou. No dia seguinte, a reitoria chamou o comando de greve estudantil e fez uma chantagem para que ela desistisse do processo. Ao invés de ceder à chantagem, o movimento decidiu por iniciar uma campanha de denúncia da reitoria repressora. Uma campanha contra a criminalização do movimento e contra o interdito proibitório. Até o momento, o movimento já recebeu assinaturas na moção de apoio de mais de 500 entidades, pessoas e movimentos.

Segue na íntegra o texto :

“NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A AMEAÇA DA REITORIA CONTRA O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UEL Em defesa da AUTONOMIA do movimento estudantil

O comando de greve estudantil, reunido no dia 24 de novembro de 2016, analisou a proposta vinda da reitoria para a retirada da Ação de Interdito Proibitório contra o movimento estudantil da UEL e concluiu que o ajuizamento dessa ação é um ato de criminalização do movimento.

Na reunião de terça feira, a reitoria apresentou uma condição para re-

tirada do processo infundado. As condições apresentadas implicariam que o movimento criminalize seus próprios instrumentos de luta em defesa da Universidade pública, como ocupação e greve estudantil.

A reitoria propõe que o movimento se comprometa a não ocupar mais, e utilize outras formas de mobilização que não ocupação. Se aceitássemos esta condição, a ocupação seria caracterizada por nós mesmos como um instrumento equívocado. E não é isso que nós entendemos.

As ocupações na universidade, e nas escolas demonstraram que os estudantes são um dos únicos setores que a defendem contra medidas destrutivas e retirada de direitos. É isso que está em jogo.

Também como condição para que retirar a ameaça contra os estudantes exige o compromisso nosso de desocupação do CECA, e que não se realize mais nenhuma ocupação na universidade até o final de sua gestão.

Não podemos aceitar isso como moeda de troca a favor de uma retirada do processo contra os estudantes. Só podemos caracterizar isso como uma chantagem da reitoria, visto que um processo no nome do DCE e de vários estudantes é utilizado para a intimidação dos mesmos e ainda mais constrangimento dos ocupantes do CECA.

O interdito proibitório é um instrumento utilizado pelos grandes proprietários para defender a propriedade privada, é um mecanismo contra a classe trabalhadora, e está sendo utilizada pela reitoria para criminalizar o movimento.

Achamos, de resto, estranho que a reitoria arrole no interdito pessoas, negras e oriundas do sistema de cotas, homossexuais, pobres e com perfil que a sociedade preconceituosa condena.

Este processo realizado pela reitoria foi um erro, porém demonstra de que lado está, ao lado da repressão, ao lado do governo do Estado que cada dia vem precarizando e privatizando a nossa universidade. Esquece que foi eleita pelos professores, funcionários e alunos desta universidade. Porém faz parte da burocracia universitária, só podendo agir contra os lutadores dentro da universidade.

Ademais informamos que não partiu do comando de greve e nem do DCE ameaças e intenções de novas ocupações. Ao contrário, a reitoria e a rádio foram desocupadas. A reitoria antes de ajuizar a ação poderia ter chamado os estudantes, assim como sempre atendemos os chamados da reitoria para reuniões.

Ao invés de aceitar a chantagem da reitoria, o comando de greve estudantil promoverá uma ampla campanha contra este processo, denunciará sua irregularidade e seu caráter político de ataque ao movimento.”

MNDH-PR(Movimento Nacional de Direitos Humanos do Parana); Comitê contra a repressão e a criminalização dos movimentos sociais de Londrina; Movimento Passe Livre, redução da Tarifa e estatização do transporte; PSTU Londrina; Corrente Proletária na Educação/ POR; Anel Londrina; MML Londrina; CACOP- CACOP - Centro Acadêmico de Computação UEL; Centro Acadêmico de Geografia - CAGEO UEL; Diretoria do Centro Acadêmico de direito - CASM.; Centro acadêmico de Jornalismo e RP da UEL - CACOM; Centro Acadêmico de Farmácia 5 de Maio; Centro Acadêmico de Química - UEL; Centro Acadêmico de Serviço Social da UEL; Centro Acadêmico de Física da UEL; COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UEL; Centro acadêmico de música da UEL - CAMUS; Centro acadêmico de pedagogia; CA de Design da UEL; DA ciência da informação; CA do CECA – UEL; COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES -CAMPUS CORNELIO PROCOPIO/UENP; PSOL Londrina; Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo CACAU-Uel; União Paranaense dos Estudantes - UPE Diretoria anti-racismo; Coletivo Filhos De Dandara Coletivo; SindiprolAduel Sindicato; Coletivo Pro Cotas - UEL; Centro Acadêmico de Veterinária – UEL ; Centro Acadêmico de Psicologia – UEL ; Coletivo Quebrando Muros Londrina; Coletivo Anarquista Luta de Classe;

Centro Acadêmico de Ciências Sociais UEL- CACS; Observatório de Políticas Públicas e Educação em Saúde da UEL; Departamento de ciências da informação da UEL; Enegrecer - Coletivo Nacional da Juventude Negra; CAAC - Centro acadêmico de artes cênicas da UEL; DCE Velho Mané da UTFPR Londrina; Coletivo Nacional Kizomba; Conselho Municipal de Igualdade Racial de Apucarana; CAD - Coletivo Ação Direta; Alternativa Popular Londrina; Coletivo Mobiliza Londrina; Grupo Hemostasia de Teatro; Grupo Desorganiza de Teatro; Movimento Ativismo Veg Londrina; Movimento Londrina Vegano; SINDSERV – São Paulo; Movimento Londrina Sem Rodeios; APEOESP – Sub-sede Mauá -SP; Núcleo de Comunicação Popular da UEL; Levante Popular da Juventude – Londrina; E.E. Dom Barreto (Campinas - SP); APEOESP - OESTE LAPA -SP ; MARL (Movimentos dos artistas de rua de londrina); Centro Acadêmico de Biologia (UEL); Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial de Londrina; Comitê de Igualdade Racial de Londrina; Blog Baixo Clero; CACH - Centro Acadêmico de Ciências Humanas – Unicamp; Coletivo Quizomba: o samba e outros batuques (Londrina); Associação de Professores da PUC- SP (Apropuc); Associação dos Professores de Osasco e Região (APOS); LUTAS Assessoria Jurídica Universitária Popular - Londrina/PR - Direito UEL

Pernambuco

Obstáculos e desafios do movimento de greve e ocupações da UFPE

O movimento grevista e de ocupações da UFPE, na última semana, apesar de todos obstáculos, conseguiu se projetar para fora da Universidade. Foram feitos 50 mil boletins do Comando Unificado, distribuídos em estações de metrô, no Centro, portas de fábrica e bairros. Foram organizadas caravanas de apoio às escolas secundaristas ocupadas na cidade. No estado, já são 20 escolas sob controle dos estudantes, com diferentes níveis de organização e politização. Por meio do comando unificado, participamos das plenárias de organização do ato do dia 25/11, que pela primeira vez agregou todas as centrais e frentes, da Força Sindical à CSP-Conlutas. Houve ineditamente uma plenária aberta que definiu os últimos detalhes do ato. Como atividade de greve, participamos de duas assembleias dos metroviários, contribuindo para encorajá-los a paralisar no dia 25. A categoria está sofrendo com a divisão da direção e a falta de mobilização, mas militantes de base garantiram a adesão dos maquinistas da região sul, o que levou uma segunda assembleia a aprovar a paralisação total.

Ao longo desta jornada de lutas, por três vezes houve bloqueios de avenidas e rodovias. É um grau de radicalidade distinto de outras jornadas. O dia 25 começou desta maneira, com a queima de pneus em pontos da cidade e paralisação do metrô, apenas nos horários de pico os fura-greve que ocupam cargos comissionados substituíram os maquinistas. Sem ter quem cobrasse a tarifa, em algumas estações as catracas chegaram a ser liberadas, segundo informações de sindicalistas. O ato que se iniciou no fim da tarde na Praça do Derby teve grande participação da juventude, funcionalismo e movimentos sociais. Milhares de manifestantes marcharam pela cidade, recebendo apoio da população. O mote foi a luta contra a PEC da morte, também foi lembrado o dia de combate à violência contra a mulher.

Outra atividade de projeção nacional foi o envio de uma delegação significativa de Pernambuco para o “Ocupa Brasília”, foram centenas de estudantes, técnico-administrativos e professores (em menor medida) da UFPE, UPE, UFRPE, além de sindicalistas de outros segmentos.

Salta à vista a necessidade de atingir os trabalhadores de maneira geral. Ainda que as panfletagens massivas, atividades nos bairros e atos de rua ainda seja insuficientes para romper o bloqueio da política conciliadora e passiva nos sindicatos, podem contribuir para um futuro ascenso dos trabalhadores. A tendência objetiva de que os explorados se lancem à luta existe. Está dada pela dimensão dos ataques às condições de vida, empregos, direitos e salários.

Grandes obstáculos

A direção da Adufepe (PCdoB) teve uma postura criminoso desde antes da deflagração da greve. Fez manobras sujas nas assembleias de deflagração da greve. Marcou a formação do Comando de greve docente simultânea à Assembleia Geral convocada pelo Comando Unificado. Se sobrepôs às deliberações coletivas. Procurou provocar estudantes e oposição o tempo todo. Conspiraram contra a greve e o movimento unificado a cada atividade. Com isso, conseguiram afastar os professores de base. Contribuiu para o afastamento o fato de a categoria docente estar carcomida pelas saídas individuais via carreirismo e soluções privatistas.

Diante disto, o Comando de Greve não conseguiu se constituir como tal. Não houve piquetes para impedir os fura-greves. O que garantiu a paralisação de centros inteiros foram as ocupações. Nos Centros não ocupados a adesão foi individual, com raras exceções como o Serviço Social

que paralisou totalmente, inclusive devido à greve estudantil deflagrada anteriormente. A cada momento, a diretoria da Adufepe reafirma que faz o que quer e se sobrepõe inclusive às decisões da assembleia. A oposição ainda não tem estado à altura dos desafios organizativos e políticos que se colocam frente a esta gestão autoritária e burocrática.

Será necessário fortalecer a oposição, ainda bastante dispersa, sobretudo porque está nos planos da direção desfiliar a Adufepe do Andes e vinculá-la ao PROIFES. Será necessário avançar na politização dos professores que têm se confrontado com a direção do PCdoB. Tanto para diferenciar a direção da entidade, como para impedir que nos vinculemos a esta federação biônica criada apenas para dar forma à política de conciliação de classes sob o governo petista e tentar enfraquecer o ANDES. Sem o PT no governo, o Proifes serve apenas para reforçar o conservadorismo da categoria, com o modelo de sindicalismo de serviços e grandes festas. A crítica feita à direção do ANDES por sua postura de não condenação ao golpe contra Dilma deve sim ser feita, mas em momento algum pode dar margem ao divisionismo impulsionado pelo PT e PCdoB com a criação do Proifes.

A difícil unidade

A formação do Comando Unificado de Mobilização foi um passo importante, criou um embrião de unificação das três categorias. Permitiu ações coordenadas. Porém, com o boicote da direção da Adufepe e adesão apenas formal, no início, da direção do Sintufepe, o Comando teve de enfrentar o boicote aberto ou velado. Mesmo entre os estudantes, não foram todos que compreenderam a importância da unificação. Alguns motivados por desconfianças políticas, beirando o sectarismo, e outros por sobrevalorizarem as experiências locais das ocupações. A realização da Assembleia Geral, que acabou se configurando como uma significativa plenária de lutadores para além da UFPE, foi importante, mas ainda não conseguiu ser incorporada como um espaço de centralização e organização das lutas. Pesa neste sentido o fato de o DCE estar fechado há seis anos. Sua reativação será um desafio do movimento atual.

Falta também um espaço de articulação das lutas da Educação. As greves simultâneas da estadual (UPE) e da rural (UFRPE) colocavam objetivamente a necessidade de articulação, mas nenhuma ação conjunta foi feita, seja pelo localismo, seja pela dificuldade em romper o bloqueio das burocracias sindicais. Para os próximos embates, é urgente forjar um espaço de articulação.

A burocracia universitária

O reitor Anísio Brasileiro, oriundo do PT, definiu seu lado desde o início. Como expressão da burocracia universitária, age como braço do Estado dentro da universidade. Não por acaso se prontificou a descarregar os cortes anteriores sobre os estudantes, com o corte de 7 mil bolsas de permanência e com a proposta de aumentar o RU de R\$3 para R\$10. Como fruto da negociação para a desocupação da Faculdade de Direito, depois de uma ação de reintegração de posse impulsionada pelo diretor, se comprometeu a arquivar os processos anteriores contra estudantes e técnico-administrativos, porém isso não significa que os processos serão extintos na esfera criminal. Não suspendeu o calendário acadêmico, incentivando os fura-greves. Desde antes da greve, cercou a reitoria de seguranças.

Enquanto faz nota pública condenando a PEC, conspira para co-

locar fim ao movimento de resistência e ignora a pauta local, sobretudo dos estudantes. No dia 30/11, o reitor se reuniu com o Ministério Público Federal, Defensoria da União e reitores de outras instituições de ensino para traçar um protocolo em relação às ocupações. Mesmo que tal protocolo fale do direito de manifestação e procure limitar a repressão, impedindo torturas, é um instrumento de criminalização, que estabelece em que momento que a desocupação violenta será considerada legítima.

O reitor já deu este conteúdo à reunião, emitindo uma nota do no mesmo dia, exigindo a desocupação até a sexta, dia 02, às 17h e mente dizendo que os estudantes fizeram parte deste “acordo” por meio de seu advogado. A Defensoria Pública manifestou-se oficialmente desmentindo o reitor, afirmando que o protocolo refere-se às instituições e que os estudantes não estavam representados. Na prática, porém, a medida repressiva já está em curso e é provável que resulte em uma liminar exigindo a desocupação.

Desafios futuros

Os desafios do movimento são muitos. A greve da FASUBRA

Rondonia / ESTUDANTES OCUPAM E PROFESSORES APROVAM A GREVE NO CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

Depois de inúmeras reuniões de preparação, estudantes dos cursos de história, pedagogia e licenciatura em educação ocuparam a diretoria do campus de Rolim de Moura, da Universidade Federal de Rondônia, no dia 28 de novembro. A ocupação reivindica o fim da PEC 241/55, que corta recursos dos serviços públicos, da MP 746, que impõe a reforma do ensino médio, que retira disciplinas de ciências humanas do currículo e que tem como consequência o desemprego dos jovens e pais de famílias que cursam licenciaturas nas disciplinas como: História, Sociologia e Filosofia, e do projeto de lei chamado de “Escola sem Partido”, que elimina a já débil liberdade de cátedra e o ensino laico. Além dessas exigências, os ocupantes lutam pela residência universitária, hospital veterinário, considerando que o Campus conta com um curso de Medicina Veterinária, restaurante e outras questões elementares para o funcionamento de cursos universitários. Os ocupantes, também, aprovaram medidas de segurança e de organização.

Entre as atividades do movimento, merece destaque a mobilização junto aos estudantes de escolas do ensino médio. Foram, assim, realizados debates sobre as medidas do governo golpista e

Paraíba / Balanço da ocupação na UFCG

Desde o dia 9 de novembro, os estudantes do campus de Campina Grande da UFCG estão ocupando o hall do bloco BG. A ação ocorre após longo período de dissolução do Movimento Estudantil e tem representado o grande avanço para a rearticulação do mesmo. O DCE está fechado. Apesar do nome de ocupação, a ação não está paralisando nenhuma atividade acadêmica, nem mesmo a do bloco em que se situa. Nesta mesma instituição, estão em ocupação também o campus de Sumé, com paralisação total das atividades e, inclusive, trancamento dos portões, e no campus de Cajazeiras, onde a ocupação soma-se à greve docente.

A Corrente Proletária Estudantil tem construído a ocupação do campus de Campina Grande junto ao Levante Popular da Juventude, à União Juventude e Rebelião (UJR) e independentes numa frente contra a PEC 55 e pela rearticulação do movimento estudan-

tem data para acabar, foi condicionada à votação da PEC. A greve nacional docente já conta com 40 instituições de ensino, mesmo que algumas universidades tenham saído à frente, o comando de greve foi formado no dia 24 de novembro. Pesa ainda a ameaça do corte do ponto do funcionalismo. O mais importante neste contexto de tantos ataques é levar a sério a tática frentista. Dentro da universidade e fora dela. O método da democracia operária é essencial para que a unidade se efetive em torno das reivindicações, sem sacrificar a liberdade de crítica.

Não há indicações de que a greve geral será efetivada. Cabe aos lutadores avançar programaticamente, fazer o balanço da política de conciliação de classes, da estatização e burocratização das organizações de massa. É desta crítica que poderá emergir uma nova direção para o movimento, que se coloque no campo da independência de classe, que unifique a combatividade e disposição de luta da juventude. Que adote os métodos da luta de classes, da ação direta. Que não fique à mercê dos calendários parlamentares, como mera pressão.

a defesa da ocupação do campus da universidade. Evidenciou-se que a ocupação de Rolim de Moura é parte de um conjunto de ocupações que vêm ocorrendo no país. Os secundaristas participaram atentamente dos debates e puderam expor suas dúvidas em relação a PEC do teto dos gastos e a reforma do ensino médio.

Cabe ressaltar que, da mesma forma que ocorreu no Paraná e em outros locais, o governo tem contado com pequenos grupos que se colocam contra as ocupações. Em Rolim, estudantes das ciências agrárias fizeram um protesto contra a ocupação. Mas a ocupação contou com o apoio de correntes que intervêm nos movimentos, como a Corrente Proletária/POR, MEPR e agrupamentos anarquistas e de independentes.

A ocupação e a luta dos estudantes se fortaleceram com a deliberação da greve dos professores, aprovada no dia 24 de novembro.

A vitória da ocupação e da luta dos professores e estudantes depende do rompimento de seu isolamento. Daí a importância dos atos unificados, do envolvimento com os secundaristas e do avanço para as demais universidades do estado, principalmente, para o campus da UNIR da capital, Porto Velho.

Na atuação da CPE, até o momento, o ativismo tem se sobreposto à política proletária de luta pelos direitos dos estudantes e demais explorados, o que pretendemos corrigir no próximo período.

A ocupação está ativa há mais de 20 dias. A ausência de um movimento de ação direta, com radicalização, tem dado um caráter de acampamento. Estudantes de direita, organizados por entidades como o MBL, entraram em confronto com os estudantes mobilizados na última assembleia docente, insuflados por professores reacionários. O temor da repressão e da criminalização também tem limitado o fortalecimento do movimento.

O formato da ocupação, com diálogo e sem paralisação, tem servido para muitos professores como exemplo de uma “nova forma de fazer política” e mobilização diferente da greve, o que não deve

ser entendido como elogio, mas como sintoma do pouco nível de politização dos estudantes e dos professores que tomam essa postura. Não devemos, de forma alguma, abrir mão dos instrumentos e métodos históricos das lutas operárias, as greves, bloqueios, marchas, etc.

A priori, a ocupação com diálogo seria o primeiro passo para a construção de um movimento mais forte e radicalizado. As experiências que já vivemos na ocupação já demonstraram os apoios e oposições que temos, bem como nossa capacidade de articulação. A essa altura, a ocupação já deveria ter corpo e coragem para radicalizar e exigir da burocracia universitária os nossos direitos de perma-

nência, assim como resistir ao governo golpista de Temer junto ao movimento nacional contra a PEC 55. Outra necessidade é projetar o movimento para fora da universidade, incentivando os demais trabalhadores, sobretudo da produção, a romperem os freios da burocracia e se somarem à luta.

Está na ordem do dia a superação da dispersão no movimento estudantil, com a necessidade de retomar o DCE. A CPE trabalhará para que os estudantes saiam mais organizados e politizados desta experiência de luta. Por isso, fazer o balanço crítico sobre os limites da ocupação sem paralisação é importante para pensar os próximos passos.

Autocrítica pública da regional do POR da Paraíba

O fundamento da militância marxista se encontra na luta pelo entroncamento do programa e da teoria revolucionária com o movimento operário e das massas. Trata-se do trabalho coletivo, ou seja, partidário. O partido destina seus esforços para transformar o proletariado em classe revolucionária, socialista, consciente, o que esse acaba também por transformar o próprio partido. A militância se forja no fogo da luta de classes, não individualmente, mas coletivamente. É certo que as qualidades individuais potencializam a organização partidária. A luta por colocar em pé o partido leninista exige que os militantes se eduquem no marxismo, na prática transformadora e na moral revolucionária. O que fazem os militantes nos movimentos reflete o que é o partido na consciência dos explorados e de sua vanguarda. Qualquer atitude, por pequena que seja, que contrarie os fundamentos da militância compromete o trabalho de

penetração do programa no seio das massas. O contrário também é verdadeiro. A coerência, a abnegação, a disciplina, a firmeza na defesa das posições partidárias e no trabalho organizativo dos explorados são o que garante a fusão do programa com o movimento social. Esses princípios foram violados por dois camaradas da Paraíba. Ao se apresentarem alcoolizados na ocupação da UFCG e ao levarem bebidas para o ambiente da ocupação comprometeram a militância revolucionária. O partido avaliou essa conduta e decidiu rebaixar de seus quadros um dos camaradas. Um outro, deverá passar por um período de observação, uma vez que é um jovem militante. O partido se viu na obrigação de fazer uma autocrítica pública. É preciso que essa má experiência sirva de lição. Houve uma autocrítica dos dois camaradas. Mesmo assim, o partido não aceitou o reconhecimento do camarada mais experiente.

Rondônia / Prefeito e burocratas sindicais fazem acordo contra os servidores

Desde o início de novembro, há uma luta dos servidores municipais de Porto Velho pelo pagamento de quinquênios. O município já havia sido notificado, em novembro de 2015, a cumprir decisão judicial que beneficiava mais de 6 mil trabalhadores. No entanto, a prefeitura não cumpriu. Durante a campanha eleitoral, houve a promessa de que iria cumprir a decisão judicial. No entanto, depois das eleições, e com a vitória do candidato de “oposição” (do PSDB), o atual prefeito, Mauro Nazif, recorreu à Promotoria do município para não pagar os quinquênios atrasados.

A burocracia sindical, por sua vez, entrou no jogo dos politiqueros e do prefeito. Ao invés de organizar o movimento para exigir do prefeito o cumprimento, os dirigentes do sindicato ficaram na lengalenga das promessas. Diante da pressão dos servidores, o Sintero e Sindeprof convocaram reuniões e uma mobilização no mês de novembro. A revolta dos servidores cresceu ainda mais, porque, além dos atrasos dos quinquênios, estavam sem receber as horas-extras no mês que são

realizadas.

No entanto, o caminho dos burocratas não era a mobilização e a greve. Ao contrário, procuraram “pressionar”, por meio de reuniões, firmar um acordo que servisse para acalmar os ânimos dos trabalhadores. Começaram, então, semana após semana, uma peregrinação por secretarias, prefeitura, procuradoria, para “ver” o que prefeito “faria”. Enquanto isso, foram realizadas paralisações parciais de servidores, que objetivam engrossar a peregrinação dos burocratas.

Na última reunião entre o prefeito e burocratas dos sindicatos, dia 29/11, foi “montada” uma proposta indecente: “os valores devidos a partir de agora passarão como vantagem pessoal e o valor depositado em juízo, ainda em 2015, será pago igualmente para os servidores”, mas sem data definida, porque deverá levar em conta as “dificuldades” financeiras do município. Ou seja, a burocracia permitiu que o dinheiro que era do trabalhador fosse utilizado pela prefeitura, sem data para voltar aos trabalhadores.

Trata-se, como vemos, de um acordo que

só favorece a prefeitura. Pela via das negociações sem luta, certamente só sairia um acordo contra os direitos dos servidores. A Corrente Proletária da Educação interveio defendendo os métodos que são próprios dos explorados e a unidade de todos os servidores municipais, por meio da greve. Mas a burocracia do Sintero, autoritariamente, sequer colocou a proposta em votação. Os trabalhadores, receosos de não receberem nada, foram manobrados pela burocracia a aprovar o acordo.

A mobilização dos servidores tinha tudo para crescer. Houve até uma ocupação por horas da prefeitura. Mas, faltou uma direção classista que pudesse enfrentar as manobras do prefeito e das burocracias sindicais.

A Corrente Proletária ainda é embrionária, por isso não teve força para impulsionar essa luta. Devemos tirar uma lição dessa experiência, que é a necessidade de fortalecer a fração revolucionária, portanto a Corrente Proletária, para combater a burocratização dos sindicatos e potenciar a luta pelas reivindicações dos servidores.

Sinpeem / Qual deve ser a tarefa?

Passado o Congresso, realizado no mês de outubro, onde a burocracia armou um grande evento extremamente distracionista, que acabou usando métodos gangsteris para cercear a democracia sindical, ocorreram mais duas atividades. Houve a reunião de representantes de escola (RE) e a de conselheiros regionais. Ambas ocorreram em novembro, em meio às convocações de paralisações pelas centrais sindicais.

As reuniões - que tinham como tarefas principais encaminhar o plano de lutas recém aprovado no congresso e organizar o enfrentamento contra os ataques do governo golpista de Temer/PMDB - se limitaram a apresentar aos representantes de escolas a lista de reivindicações, que se tornará letra morta se não for aprovada a luta para conquistá-las.

Como se não bastasse, diante das mobilizações convocadas pelas centrais sindicais, a burocracia do sinpeem, encabeçada por Cláudio Fonseca/PPS, não se colocou por organizar a categoria. Ao contrário, defendeu em palavras a participação nos atos. A presença reduzida e dispersa de trabalhadores da educação nas mobilizações de 11 e 25 de novembro confirmou o descaso da direção do sindicato na véspera e por meio do site do sindicato. Ainda mais: a reunião de conselheiros regionais, com dispensa do ponto, ocorreu no mesmo dia e quase no mesmo horário. A Corrente Proletária, na reunião de RE, apresentou a proposta de adiamento desse encontro de conselheiros e participação ativa no ato das centrais, mas foi rejeitada.

Os setores de oposição se dirigiram ao local do ato, após a reunião de conselheiros. Qual foi a surpresa? Uma hora após o horário de convocação do ato, já não havia mais nada. Como se vê, de um

lado a burocracia do Sinpeem boicotando o ato e, de outro, a falta de empenho das centrais sindicais na convocação. Assim, a manifestação do dia 25 contra as medidas de Temer, foi um fiasco. As burocracias sindicais aprovam um calendário com vários atos, mas não trabalham para que sejam massivos e classistas. Nos discursos, são radicais. Na prática, carneirinhos. Não desgarram na política de conciliação de classes. Sempre estão à procura das “negociações” com o governo. Não por acaso, a classe operária está contida pela burocracia e ausente das manifestações. E, sem a presença do proletariado, com seus métodos de luta, não será possível derrotar as medidas do governo golpista.

O ano letivo está se encerrando. O novo prefeito já anunciou a contenção de recursos à educação e, por sua vez, a burocracia do sindicato não se dispôs a organizar, desde já, a luta em defesa do salário, das condições de trabalho e dos direitos, particularmente da aposentadoria. A oposição, por sua vez, ainda não conseguiu se consolidar e ser realmente um polo de combate às ações governamentais e à burocratização do sindicato. A unidade dos agrupamentos oposicionistas continua sendo circunstancial e sem um programa verdadeiramente classista, apoiado na luta de classes.

A Corrente Proletária, que integra a oposição, trabalha por constituir a oposição, defendendo as reivindicações que unificam os explorados e a independência do sindicato diante do Estado e dos governos e combatendo a burocratização do sindicato.

A nossa tarefa é preparar, desde já, as condições para enfrentar o reacionário prefeito João Dória e o golpista Temer. Para defender nossas conquistas, certamente a luta terá de ser árdua.

USP: responder à ofensiva de elitização, precarização e privatização de Zago/Alckmin

A principal contradição vivida na USP em 2016 foi entre o brutal ataque ao seu caráter público e gratuito, posto em marcha desde 2014 pelo reitor/governo, e a ausência de direções capazes de enfrentá-lo por meio da luta conjunta e ligada às mobilizações dos explorados de fora da universidade.

Zago/Alckmin avançaram em sua ofensiva com a manutenção da não contratação de professores e funcionários (contratará 60 professores titulares para repor cargos da burocracia universitária), um reajuste salarial bem menor que a inflação do período, aprovou mais 1,5 mil demissões de funcionários pelo PIDV (alcançará assim a meta de 30% a menos do número de quando assumiu a reitoria), descumpriu a legislação federal e bloqueou o acesso por cotas (restringindo-o a algumas unidades), instituiu um ingresso pelo ENEM que só amplia a elitização da USP, manteve e ampliou os cortes de bolsas, manteve o fechamento das creches, esteve conivente com as agressões às mulheres em geral e no Crusp em particular, aprofundou o sucateamento da moradia, não devolveu os blocos K e L para os moradores do Crusp, fecha restaurantes para reforma e os reabre terceirizados, flexibilizou as jornadas de trabalho dos professores para atender às fundações privadas, sucateou e entregou parte da administração do HU ao governo estadual, mas preservou as obras e reformas superfaturadas que atendem às necessidades corruptas da burocracia. Esteve a um passo de entregar a administração da USP a

um consórcio privado (McKinsey) que concluiu na necessidade de instituir a mensalidade (ainda não rejeitou completamente essa via).

Diante de tamanhos ataques, era de se esperar que os que estudam e trabalham agissem para enfrentá-lo. Mas o que se viu foi a incapacidade das direções de romperem com o corporativismo e organizarem uma resposta de fato unitária para enfrentar os ataques. A começar pelo movimento estudantil.

Desde o ano 2000 não se via tamanha disposição de luta dos estudantes. Unidades que quase nunca tinham parado ou mesmo nunca realizaram assembleias massivas e aprovaram a greve. As ocupações de prédios apareceram depois de muitos anos.

O grande problema foi que as direções das organizações estudantis não prepararam a luta. Ficaram temerosas de desgaste eleitoral e perda de controle dos aparatos. Não houve uma campanha com cartazes, faixas, boletins e passagem em salas de aula para incentivar o debate e a mobilização previamente. Os estudantes entraram em greve praticamente em apoio aos funcionários. A exceção aparente foi o curso de Letras, onde o MRT, dirigindo o centro acadêmico (Caell), chamou a ocupação do prédio um dia antes da greve dos funcionários. Dizemos aparente porque a ocupação e a greve foram chamados em apoio à greve dos funcionários e submetidos à direção do Sintusp. A ocupação foi dirigida burocraticamente (o MRT propôs a proi-

bição da presença de secundaristas que ocupavam suas escolas) e se esvaziou.

As reivindicações estudantis não foram levantadas pelas direções. Não se buscou a unidade política e organizativa por meio das assembleias conjuntas nas unidades e por meio da assembleia geral universitária. Avessas à bandeira do governo tripartite, negaram-se a colocar a luta pelas reivindicações de conjunto contra a reitoria e o governo. Diante da proposta de ocupação dos blocos K e L pelos moradores do Crusp (os que mais sofrem com as medidas de desmonte de Zago/Alckmin), uniram-se todas (PT, PSOL, PSTU, MAIS, MRT, MNN e Enfrentamento) contra o POR e os independentes, rachando o movimento estudantil em três assembleias seguidas, o que levou ao enfraquecimento do movimento diante da reitoria/governo. A partir desse ponto, a greve estudantil entrou em inflexão, e a de funcionários, que já não era tão forte como a de 2014, também.

Os funcionários entraram em greve sob o entusiasmo da ocupação estudantil do prédio da Letras. Sua direção apostava na força da mobilização dos estudantes para fazer crescer a luta dos trabalhadores, que estavam divididos. Boa parte desconfiava da direção, que tinha apregoado que a greve de 2014 tinha derrotado a reitoria e que esta estava na defensiva. Não estavam dispostos a enfrentar outra dura luta sem resultado concreto. Não viam no movimento estudantil a força necessária para derrotar Zago/Alckmin. O sindicato mudou de política, passando da defesa do reajuste salarial para a luta contra o desmonte da USP. Mas não viam perspectiva concreta de realizar essa bandeira.

Aprovada a assembleia conjunta com estudantes no início da greve, esta somente se realizou depois do reitor montar sua ofensiva final contra o movimento, com o corte de ponto dos grevistas. Assim, não foi muito além da formalidade, ainda que tenha aprovado medidas de ação conjunta.

Os professores entraram em greve por um motivo corporativista: contra as reformas na carreira docente. Atrasaram uma semana para votar a greve em assembleia (o que levou a direção do DCE a propor a mesma data atrasada aos estudantes, só que foi derrotada). Logo que viram que não conseguiriam barrar a reforma de carreira, saíram antecipadamente da greve, aumentando assim a pressão sobre os funcionários.

As ocupações dos cursos na FFLCH foram suspensas em troca do não corte de ponto dos funcionários. Destacamos que o MRT suspendeu a ocupação na Letras antes da assembleia da noite votar a proposta, uma atitude burocrática.

A greve dos funcionários foi encerrada após o sindicato buscar a sua judicialização. A seguir, as direções estudantis também foram encerrando a mobilização em seus cursos, inclusive durante as férias. Assim, na volta às aulas, não havia mais greve, sem que uma assembleia geral a discutisse e votasse. A assembleia que se realizou por conta da oposição (a direção enviou apenas quatro representantes) votou o fim de greve como formalidade. Ela já tinha sido quebrada pelas direções. O POR manteve sua defesa como meio de enfrentar a reitoria/governo, que acabava de aprovar mais um conjunto de medidas de ataques, e responsabilizou as direções pelo seu enfraquecimento.

A disputa eleitoral pelas prefeituras e câmaras de vereadores esvaziou o movimento estudantil. PT, PSOL, PSTU, MAIS, MRT, todos saíram à caça aos votos e abandonaram qualquer resistência à ofensiva da reitoria/governo. Somente retornaram depois de obter suas metas eleitorais e para realizar as eleições

do DCE e CAs.

A eleição do DCE foi extremamente esvaziada. Praticamente metade dos votos de outras eleições foram obtidos. Valeu a força dos aparatos, quem tinha maior controle sobre os CAs é que teve maior votação. Assim, a chapa encabeçada pelo PSOL venceu com 53% dos votos. Contou com a participação do MAIS e do PCB. O PSTU esteve fora, ainda por conta da cisão ocorrida desde o momento do impeachment de Dilma. O PSTU caiu vertiginosamente em seus votos. Em grande medida, esses fenômenos se manifestaram desde a eleição municipal: crescimento da abstenção e da votação das esquerdas. O PT se firmou como a segunda força eleitoral. O fato novo foi a ausência da direita na disputa.

O POR integrou uma chapa com independentes que procurou expressar nas eleições do DCE a divisão entre a base que pretendia lutar e as direções que frearam o movimento. Essa foi a chapa “Ocupa K e L”. Teve poucos votos. As razões são o desgaste do DCE diante de boa parcela dos estudantes que rejeita as eleições, principalmente os moradores; a falta de boa propaganda entre os demais estudantes; a dificuldade organizativa de acompanhar as urnas nos cursos. Mas vendemos 250 botons de apoio à chapa, o que mostra que esse apoio não se materializou nas urnas.

Na Amorcrusp, houve a eleição para a direção. A atual majoritária (PT) teve um grande retrocesso. Sua renúncia em cumprir as decisões das assembleias e em prestar contas dos recursos e gastos da entidade a levaram a um beco sem saída. Conseguiu vencer as eleições, mas logo dois diretores seus foram suspensos por integrarem a direção anterior e não prestar contas e outros renunciaram ou não chegaram a tomar posse. Assim, a direção efetiva passou às chapas “Poder Estudantil” (tesouraria) e “Sem Canalha” (vide artigo nesta edição).

No curso de Letras, o POR e independentes não conseguiram organizar a chapa ao Caell, pois deram prioridade às eleições da Amorcrusp e DCE. Nas eleições, o PT venceu com 477 votos; o MRT, atual direção, foi profundamente rejeitado, com apenas 72 votos; O PSOL quase empatou com eles, com 71 votos; o PSTU teve 39 votos; brancos e nulos, 19 votos.

A rejeição do MRT se explica pelo fato do Caell não ter respondido a nenhuma reivindicação do curso, ter burocratizado a ocupação e depois abandonado a entidade às moscas. A desintegração do MRT, que não tem conseguido levar mais que uma dezena de adeptos às assembleias de curso, quando levava mais de trinta, é consequência da sua política pequeno burguesa e seguidista aos funcionários, entendidos por essa corrente como os trabalhadores a quem os estudantes devem seguir, demonstrando uma ignorância ou desprezo pelo papel revolucionário da classe operária, que está fora da universidade e à qual os que estudam e trabalham devem se unir.

O POR tem a tarefa de impulsionar a resistência demonstrada pelos estudantes moradores no Crusp, organizá-los para enfrentar as direções que frearam o movimento e desenvolver uma oposição à direção do DCE e na Letras, para retomar o caminho da luta unitária sem submissão de um setor pelo outro. O fato de haver eleição para reitor em 2017 recoloca com mais força a necessidade de organizar a defesa da constituição do governo tripartite e da assembleia geral universitária. Organizar a vanguarda que despontou em 2016 ao redor do programa da classe operária para lutar pela USP pública e gratuita e derrotar a ofensiva elitista, racista, de precarização e privatização de Zago/Alckmin.

CRUSP: hoje o POR é uma direção reconhecida

Há muito o POR se esforça para se tornar uma direção política do movimento dos moradores do CRUSP. Essa trajetória, já meio longa, foi traçada sobre erros e acertos. Os erros nos valeram por todo um período de isolamento e até mesmo de rechaço. Estes erros expressaram a imaturidade do POR para conduzir um movimento tão difícil quanto é o dos moradores, que, sobretudo, é um movimento de dura resistência.

Em meio à perda de paciência, à dificuldade em expressar a linha política do POR, ou mesmo de explicá-la aos companheiros do movimento, não por não entendê-la, mas por não encontrar o melhor jeito e palavras para explicar. O POR era visto como a “*rocha intransigente*”. Mas, em meio a tudo isso, o POR sempre foi sério com a luta pela permanência. Seu maior legado foi nunca ter abandonado o método da democracia estudantil. Ocorresse o que ocorresse, o POR defendeu as assembleias como o bem mais precioso do movimento.

E foi pela existência das assembleias quinzenais, ou mesmo semanais, que o movimento pode se conformar e se consolidar, apesar da insensibilidade inicial do POR aos problemas mais candentes e imediatos dos moradores. Eis que neste ano se ergue o movimento de *Ocupação da SAS*. O POR assumiu essa luta. Dedicou até o último fio de suas energias para que esse movimento fosse vitorioso. Mas o cumprimento do acordo judicial requeria que o movimento geral também o assumisse ativamente, o que não ocorreu, pela inação criminosa das demais direções e correntes políticas.

Encerrada a *Ocupação da SAS*, inicia-se um dia depois a greve geral estudantil da USP e, com ela, a luta do CRUSP e do POR contra todas as demais correntes, a reitoria, o governo e a PM por *ocupar os Blocos K e L*. Esses dois fatos foram um marco na relação entre o POR e o CRUSP.

Diante de tamanho movimento, a direção majoritária da AMORCRUSP (Associação de Moradores do CRUSP) - “*Independente e de Luta*” - não pôde passar despercebida. Sua política de bloqueio do movimento e de conciliação com a burocracia saltou aos olhos. Mas, de toda a conduta merecedora das mais profundas críticas, ressaltou uma das mais intoleráveis: a *NÃO prestação de contas*.

Já durante a greve, o POR decidiu por abrir campanha em defesa da prestação de contas, negada pela *Independente e de Luta/PT*. Não houve boletim, cartaz, assembleia em que o POR não cobrasse a prestação de contas. Não denunciasses para ao conjunto dos moradores que o dinheiro da Associação era do movimento e não de sua direção. Que a prestação era uma obrigação e não uma opção conforme a vontade da tesoureira (*Independente e de Luta*). O POR, na qualidade de quem compunha a direção, em proporção minoritária, não compactua com essa conduta. *O dinheiro do movimento é do movimento*.

Há alguns dias houve eleição para a nova direção. A *Independente e de Luta* concorreu novamente. Ganhou, mas bem abaixo de sua votação anterior. O POR também concorreu, em frente com os independentes. Ficou em terceiro lugar. Essas eleições demarcaram com propriedade a distinção entre as eleições em urna - regidas pela força de aparato e relações pessoais - e o movimento - regido pela ação direta e uma linha programática. A *Independente e de Luta* ganhou as eleições, mas

o movimento bloqueou sua posse.

Assembleia de posse:

Mediante a contínua negativa em prestar contas, a assembleia de posse aprovou uma comissão de auditoria, no qual não poderia compor nenhum membro das chapas - como havia proposto a *Independente e de Luta*. Aprovou que os diretores que se mantiveram na chapa de continuidade da *Independente e de Luta* não poderiam assumir até o resultado da auditoria e a aprovação das contas pela assembleia. Aprovou a proibição que um dos antigos diretores da *Independente e de Luta* se mantivesse no cargo de secretário da associação. Quanto à titularidade do novo tesoureiro da entidade, esta foi destinada ao POR, sob a argumentação de confiança política. Todos sabem que o POR é sério e rigorosíssimo com as finanças. Tanto que as prestações de contas das duas gestões anteriores foram descritivos e precisos.

Passada uma semana, a nova assembleia novamente não teve acesso às contas. Apesar das insistentes solicitações, nada foi entregue à comissão de auditoria. Desta maneira, manteve-se a suspensão dos diretores da *Independente e de Luta* e se aprovou que nenhum dos atuais diretores pudesse assumir o cargo de secretário da associação.

Nisso, a *Independente e de Luta* já havia convocado uma assembleia ilegítima (não foi aprovado em nenhum fórum) para o dia seguinte, cuja pauta era a prestação de contas. Neste dia, novamente isolados, não puderam prosseguir com a manobra de aprovar as contas apenas entre os seus. Dado o comparecimento massivo do movimento, a suposta assembleia foi transformada em simples reunião. A papelada que a *Independente e de Luta* afirmava serem as contas não foi entregue, não permitiram que se as copiasse ou que se as fotografasse. NADA! Tentou provocar o POR e os demais presentes, que igualmente cobravam a prestação. Mas diante do isolamento, preferiram se retirar. Até o fechamento deste artigo, nenhuma prestação de contas foi feita.

Em meio a essa rica experiência é de grande valor a atitude da vanguarda dos moradores, que assumiu a luta contra essa direção traidora. Tomou a iniciativa de convocar as assembleias. Confeccionou krafts. Escreveu cartas de denúncia. Estiveram em extrema seriedade e comprometimento na comissão de auditoria. Coisas que o POR muitas vezes fez sozinho, mas hoje, somos apenas uma força que se soma. Bom que agora seja assim.

Há outro elemento que para nós tem enorme valor. Diante das inúmeras provocações da *Independente e de Luta* ao POR, este mesmo movimento saiu em sua defesa. Dizemos isso não por vaidade. Dizemos por que o valor dessa defesa é de reconhecimento do POR como parte do movimento do CRUSP e aceitação por este movimento.

Certamente outras críticas virão. E devem vir. Porque as críticas, quando verdadeiras, são importantes para que o POR se corrija e avance em sua intervenção. Outras vezes, a crítica será expressão de uma incompreensão, que o POR intervirá procurando solucionar. Esses são elementos próprios da luta. Mas o que importa é que, nestes momentos, que foram decisi-

vos, o POR e o movimento do CRUSP passaram a ser um só.

O POR é um Partido Programa

Há quem se incomodará com a afirmação anterior. Certamente porque dirá: “mas o POR tem um programa”, “ficam o tempo inteiro defendendo o seu programa”. O que o POR diria diante de tais queixas é: *sim, o POR é um Partido Programa*. E esse programa não é propriedade do POR. Esse programa é a expressão consciente da classe operária, forjado na luta de classes. O POR não tem o “seu” programa. O POR defende o programa da classe revolucionária.

O POR não tem a pretensão de a ser uma “cabeça pensante” que arrasta um “corpo impensante”. O fato do POR ser um *Partido Programa* não lhe confere o atributo de ser o “senhor da verdade”, elaborada por detrás de uma escrivadinha de onde emanam as ideias mais lustrosas. O que o POR defende, e materializa em seu Programa, é a expressão consciente do que defende instintivamente a própria classe.

Dizemos que o “POR e o movimento do CRUSP passaram a ser um só” porque, nos momentos de ascensão do movimento, se fundiram o programa defendido pelo POR e a luta do CRUSP. Se nos perguntassem “qual a relação do partido com esse programa?”. O POR assim responderia: *condensamos e guardamos as experiências da luta de classes. Essa experiência mostra que o fim da opressão e exploração se dará por meio da revolução proletária, produto da insurreição das massas. Mas, sozinhos, não podemos nada. Assim, assumam a sua própria história e levem a cabo a vossa tarefa*. Esse é o Programa. E isso é ser direção. Não é a prepotência de quem se diz dono da verdade. Mas a consciência e a possibilidade de preservar a teoria independente do proletariado. E persistentemente forçar para que estes o assumam, não permitindo que se iludam com o canto da burguesia.

A verdade é sempre material. Se o POR é a “rocha intransi-

gente”, o é por que esse programa nos é queimado no sangue e não é uma opção transigir em relação a ele. O que nos resta é esperar que a realidade o prove, se o que defendemos era correto ou não, no momento das lutas. Quanto à *Independente e de Luta*, o tempo mostrou que tínhamos razão.

O POR encerra o ano de 2016 no CRUSP mais maduro. Na qualidade de quem conquistou a posição de uma direção reconhecida. Mas esta feita não é mérito exclusivo do POR. O movimento do CRUSP modificou o POR. Se estamos hoje mais fortes e mais preparados para os próximos combates é porque o movimento do CRUSP nos tornou mais fortes. Permitiu-nos ver com mais detalhes a luta por permanência, que é antes de tudo uma luta de resistência. A resistência dos oprimidos, que muitas vezes é o que resta, e é o que nos torna fortes para seguir e continuar vivendo.

Mas o POR só pode ser modificado pelo CRUSP porque também modificou o CRUSP. Hoje o movimento dos moradores segue firme na tradição do método da democracia (assembleias) e segue na tradição dos boletins como seu instrumento de discussão e organização da luta, por onde passam as ideias da classe. O POR está mais forte e maduro porque o próprio CRUSP está mais forte e maduro.

Certa vez, na luta por ocupar os Blocos K e L, um morador disse ao POR que estávamos fazendo história. Hoje temos a certeza que sim. E temos também a certeza que, nessa história, demos um pequeno e tímido passo para superar a crise de direção do proletariado. Quando a classe operária se levantar, e as massas oprimidas responderem ao seu clamor para se unirem e tomar o poder, e, nesse processo, quando o movimento universitário da USP se levantar, passará necessariamente pelo CRUSP, porque é onde se concentram as maiores contradições. Hoje estamos um pouco mais preparados para esse momento.

Bancada evangélica se rebela contra a decisão do STF sobre o aborto

A decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de não mais considerar crime o aborto realizado durante o primeiro trimestre de gestação tomou de surpresa a Câmara dos deputados, covil dos reacionários e religiosos obscurantistas. A inusitada posição dos juízes se deveu ao julgamento do caso de uma clínica clandestina em Duque de Caxias, cujos funcionários e médicos praticavam abortos.

O novo entendimento do STF, se mantido, altera a qualificação do aborto como crime. Sem dúvida, é um pequeno passo para livrar o país da obscurantista e odiosa sanção contra as mulheres que não desejam a gravidez e recorrem ao aborto. Não se trata ainda de um direito pleno da mulher decidir sobre sua gestação e contar para isso com a proteção do Estado, principalmente no que diz respeito à maioria das mulheres que são pobres.

Imediatamente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM, constituiu uma comissão especial para reagir à decisão do STF. A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso organizou um protesto contra o direito ao aborto. Acusou o STF de “legalizar o assassinato”. Há muito se tem tentado no Congresso Nacional recrudescer o crime de aborto estabelecido no Código Penal. Os par-

lamentares contrários ao direito da mulher decidir sobre sua gravidez querem aumentar a pena de três para quatro anos e meio e tipificá-lo como crime hediondo.

Está colocado organizar a campanha nacional contra a criminalização do aborto. Deve fazer parte dessa campanha as reivindicações das mulheres que sofrem de dupla jornada de trabalho, a discriminação salarial e empregatícia, o não reconhecimento da função social da maternidade e a brutal violência, que leva ao assassinato de milhares de mulheres.

Não há dúvida de que a criminalização do aborto serve à discriminação social, uma vez que as condições de existência das mulheres pobres são distintas das mulheres ricas. Trata-se de reflexo da sociedade dividida em classes. Está aí por que a defesa dos direitos no capitalismo depende de a classe operária tomar a frente da luta contra a opressão sobre as mulheres. Essa luta não pode se limitar à conquista circunstancial de direitos, deve servir para organizar as mulheres oprimidas no movimento revolucionário do proletariado, que tem por objetivo a emancipação da mulher e a igualdade plena com os homens, o que só será possível destruindo o capitalismo e construindo o socialismo.

O que foi a manifestação da Consciência Negra em São Paulo

É preciso responde ao racismo com o programa e a política do proletariado

As manifestações da Consciência Negra, 20 de novembro, em São Paulo, foram festivas. A concentração iniciou pela manhã, na Avenida Paulista, e se estendeu até às 16h, quando só então iniciou o ato político. No palco, passaram diferentes grupos musicais. Não se viu os HIP-HOP da periferia, como em anos anteriores. Ao lado do palco, uma série de mulheres negras, vestidas de noiva, segurando cartazes contra a violência à mulher. Pouco mais afastados, estavam os tocadores de tambor. Isso se misturava com os transeuntes, que costumeiramente utilizam a avenida para as caminhadas. Enquanto durou a festa, nada foi dito sobre os meninos, que dias antes tinham sido assassinados na Zona Leste. Nada foi dito sobre os negros miseráveis. E sequer sobre os ataques de Temer aos explorados.

No início do ato político, a palavra foi dada por Leci Brandão, deputada estadual pelo PCdoB. Primeiro, reclamou da ausência de espaço para cantar, mas cantou. Só depois, falou do 20 de novembro, exortando o protagonismo da mulher negra. Defendeu as cotas na universidade. Denunciou os assassinatos de negros, a violência à mulher e “intolerância religiosa”. Defendeu o Estado laico. Pediu aplausos às religiões de raiz negra, assim como também pediu aos negros de Brasília e aos ministros negros (não importando o fato de expressarem a política burguesa). Deu um recado aos empresários da Avenida para que empregassem profissionais negros. Defendeu as novelas que retratam a cultura negra. Lamentou a extinção da secretaria municipal da igualdade racial e encerrou dirigindo-se à juventude, afirmando que nela “mora o futuro” e que a “juventude negra quer viver”. Na sequência, falou “Duca-Duca”, uma empreendedora negra, como se auto denominou, repetindo o discurso de Leci Brandão. Concluiu dizendo que a educação muda e que o conhecimento é um poder necessário aos negros.

Essas duas falas ilustram bem a tese de que a discriminação racial é um problema cultural. Dentro desse campo, o maior acesso do negro à universidade, a inserção em cursos elitizados, a disseminação da cultura negra pela mídia resolveriam, ou ao menos, reduziriam o preconceito e o racismo. Esta tese foi assumida pelos governos do PT que promoveram algumas medidas conhecidas como “reparação histórica”. Tais como a lei das cotas, criação de ministérios da igualdade racial, criação do PROUNI e reforço do FIES e inclusão no curriculum obrigatório das escolas públicas do ensino da cultura africana.

Nos mais de 13 anos de governo do PT, o balanço de tais medidas não serviu para superar, nem mesmo reduzir a desigualdade e discriminação racial. As cotas foram implementadas quase que integralmente nas instituições federais. No entanto, os bilionários cortes de verbas afetaram particularmente a permanência de estudantes pobres, em sua maioria negros. No âmbito Estadual, governos e reitorias se negam a aplicá-la, como no caso da USP. O ensino de cultura africana nas escolas não caminha e o que se faz é apologia da contribuição dos negros nas condições de sacrifício, na linha da “reparação histórica”. O PROUNI e o FIES incluíram uma ultra minoria negra ao ensino superior. O financiamento é um agravante das condições de vida das massas, devido ao endividamento.

Mas por que fracassou? Por que a matança de negros aumenta? Por que a violência à mulher, em particular negra, sequer arrefece?

Por que o desemprego, o subemprego e os salários mais miseráveis se concentram na população negra? Fracassou na medida em que se ocultou a opressão de classe, se assumiu que o problema da desigualdade racial é um problema cultural e se depositou a solução no poder do Estado. A tese de uma cultura não racista no capitalismo serve precisamente à perpetuação da discriminação contra o negro. A tese de que um Estado democratizado cumpriria a tarefa da “reparação histórica” e da “inclusão social” serve à perpetuação do racismo, mais ou menos disfarçado.

Na contramão do discurso culturalista e democratizante, se levantou a fala de uma catadora de lixo, mãe de 26 filhos. Iniciou dizendo que o “capitalismo estava podre”. Disse que os “irmãos negros” estavam morrendo. Alegrou-se com o ato e disse que, embora sua mãe e sua avó não o tivessem visto, ela e seus filhos veem, e o tomou o ato como resistência. Em meio à sua fala, criticou a elite negra. Certamente, sua condição de existência conduziu seu pensamento.

PT é responsável pelo avanço da direita e pelo retrocesso das pequenas conquistas

O deputado e burocrata sindical Vicentinho se fez de triste pelo fim da secretaria de igualdade racial e pelo fim das poucas conquistas. Chamou o povo a reconstruir a real democracia, com a pressão do povo na rua para mudar o projeto do governo golpista. Por que Vicentinho fala em mudança? Se o “hoje” carece de mudanças e é feito por um governo próprio da direita golpista, pode-se entender que o “ontem” era melhor e distinto e mereça ser reconstruído. É provável que queira induzir uma distinção de essência entre o governo de Dilma e o de Temer.

Sim, a mudança é necessária. Mas não a defendida por Vicentinho, que pinta uma situação como se, com Dilma, o governo tivesse um “projeto” capaz de resolver as desigualdades sociais e as discriminações. Os reformistas precisam se esconder por detrás do palavreado de projeto de desenvolvimento social para ocultar sua política burguesa. Seja da tribuna do parlamento, seja das assembleias sindicais controladas e seja da manifestação do dia da Consciência Negra, lá está o carreirista falando em nome da igualdade e da justiça. Nenhum serviçal do capitalismo poderá expressar a luta proletária contra as discriminações.

Pronunciamento do POR

No escasso tempo, o POR interveio no caminhão de som defendendo que o 20 de novembro não era dia de festa, mas sim de luta e de sobriedade diante da matança da juventude negra e pobre da periferia. Que a defesa contra a discriminação racial se dá defendendo o emprego, salário e direitos a todos; se dá unindo os explorados negros e brancos em um só movimento contra a exploração capitalista de trabalho e o governo burguês. Essa luta necessariamente implica, neste momento, em erguer uma frente única sindical para combater o governo golpista de Temer e suas políticas de ataque à vida das massas, implica em não pagar a dívida pública. Que a defesa consequente contra desigualdade e discriminação racial está na luta pela revolução proletária, pois somente por meio dela é que se libertará a humanidade de toda a forma de opressão.

Nesta edição:

- Bolívia: A legalidade dos sindicatos e sua independência política.
- Tendências bélicas do capitalismo.
- Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.
- O lugar da Revolução Cubana na América Latina.
- O imperialismo diante da morte de Fidel Castro,
- Primeiras manifestações do trotskismo sobre a Revolução Cubana.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia / A legalidade dos sindicatos e sua independência política: uma contradição?

Escrevemos esta nota diante da proximidade de congressos com a finalidade de alterações estatutárias a nível da COB, das organizações nacionais médias de todos os setores e das organizações sindicais de base. Sem dúvida, nestes eventos, se discutirá o problema da independência sindical dos trabalhadores.

A partir do entendimento de que o sindicato é um campo da luta de classes, a consigna permanente das correntes revolucionárias tem sido a necessidade de sua independência política, ideológica e organizativa frente ao Estado burguês, aos governos da classe dominante e às expressões políticas desta. Ou seja, este instrumento de defesa dos trabalhadores frente ao capital deve desenvolver sua própria política revolucionária, que se sintetiza na necessidade da luta por um Estado essencialmente diferente do burguês, que seja baseado na propriedade social dos meios de produção e conduzido por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado) com a finalidade de liberar as forças produtivas do bloqueio da grande propriedade privada dos meios de produção e criar as condições materiais para a consolidação do comunismo superior.

No movimento revolucionário mundial, tem sido constante a luta contra o sindicalismo trade-unionista, limitado às reivindicações imediatas e que defende o apoliticismo dos sindicatos; desde as Teses de Pulacayo e todos os documentos políticos posteriores se tem defendido a necessidade da luta de morte contra toda a forma de colaboracionismo de classe, contra o legalismo e o parlamentarismo. Tem-se defendido que os trabalhadores alcançarão a sua total libertação somente se forem capazes de acabar com o capital, com a grande propriedade privada e construir o seu próprio Estado pela vida insurrecional.

Esta tradição revolucionária no seio dos sindicatos é contraditória com a luta permanente destes pelo motivo de que o Estado e as leis burguesas lhe reconhecem a sua legalidade? Não. Nestas lutas os explorados conseguiram incorporar nas constituições políticas e nas leis sociais o direito que têm de se organizarem para defender-se do capital, o direito que têm de manifestação e de greve, o reconhecimento dos seus direitos políticos, sociais e econômicos.

No entanto, o Estado burguês sempre procura encontrar os mecanismos necessários para neutralizar a efetividade das conquistas dos trabalhadores, com a finalidade de manter em segurança os interesses da classe dominante; por exemplo: colocou uma camisa de força ao direito de greve incorporando o mecanismo de laudo arbitral para qualificar se esta forma de resistência é legal ou não. Tem subordinado

os estatutos e regulamentos de funcionamento dos sindicatos à legislação burguesa, de forma que somente nestas condições se reconhece a legalidade dos sindicatos; sua personalidade jurídica como condição indispensável para negociar com as autoridades e a patronal, para assinar acordos ou convenções coletivas ou peticionar aos patrões etc.

Os dirigentes reformistas ou burocratizados encontram uma oportunidade propícia nesta ingerência do Estado sobre os sindicatos para subordiná-los e limitá-los ao Estado burguês, para exercer um cínico colaboracionismo de classe com os opressores e para corromper-se por miseráveis dádivas. É normal vê-los recorrer aos corredores do Ministério do Trabalho, dos governos e das gerências das empresas privadas estendendo as mãos para pedir esmolas com a finalidade de financiar seus eventos sindicais comprometendo seriamente a independência sindical e política; cada centavo que recebem está condicionado à promessa de servir à autoridade, à patronal e aos fins do Estado burguês.

A tradição do movimento sindical boliviano é que tem como eixo central seus métodos a luta de ação direta de massas, isto quer dizer que nos momentos de grande tensão social são as bases mobilizadas que tomam em suas mãos a solução direta de seus problemas sem a mediação das leis. Esta ação direta se manifesta em suas múltiplas formas, desde as marchas de rua, passando pela greve e chegando às diversas formas de insurreição social. Não se tratam de medidas enquadradas na lei, pelo contrário, são ilegais, em última instância, porque rompem com todo o ordenamento jurídico burguês; aqui se encontra o caráter revolucionário do sindicalismo boliviano.

O segredo está no fato de subordinar as ações legais, que estão obrigados a realizar os explorados, às ações diretas. As negociações com as autoridades devem ser acompanhadas pela pressão nas ruas, com as marchas, bloqueios, tomada de reféns, etc. A ação direta potencia a capacidade negociadora dos dirigentes e a possibilidade de que as lutas das bases terminem impondo à patronal e ao Estado um fim favorável no conflito. Nas mãos dos trabalhadores, os métodos legais subordinados à ação direta adquirem outras conotações, não a subordinação à ordem legal burguesa, senão como um recurso a mais na luta diária dos explorados. Colocado desta forma o problema, os trabalhadores têm o caminho pavimentado para exercer a sua própria política no seio da luta de classes e exercer a sua independência política frente ao Estado e a classe dominante.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2473, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Tendências bélicas do capitalismo

Depois da Segunda Guerra Mundial e do fim da “Guerra Fria”, assistimos a uma retomada das tendências bélicas do imperialismo. Nota-se um vínculo entre a crise econômica internacional que se alonga e o impulso ao armamentismo. O anúncio da chanceler alemã, Angela Merkel, de que elevará o orçamento militar de 34 bilhões para 60 bilhões de euros anuais foi surpreendente. Se se confirmar, a Alemanha passará a aplicar 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em Defesa. Ao dobrar o valor dos recursos, ultrapassará a França e se aproximará do Reino Unido.

A decisão de Merkel está sendo interpretada como um reflexo da eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. O que tem a ver com a possibilidade do novo governo norte-americano modificar a relação dos Estados Unidos com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É bem possível que de fato represente uma reação a uma alteração nas relações mundiais, asseguradas pelo governo democrata de Barak Obama. Ainda é cedo para se chegar a uma segura caracterização. No entanto, o sinal de Trump de que poderá alterar a atitude dos Estados Unidos diante da OTAN, do acordo comercial Transatlântico e da Rússia provocou apreensão na União Europeia.

Independente das incertezas que advêm com a eleição de Trump, a Alemanha que se recompôs no pós-guerra como potência industrial e que liderou a formação da Zona do Euro está obrigada a se reestruturar como potência militar. A sombra de Hitler já não pesa tanto sobre o país responsável pelo nacionalismo nazista e pela devastação da Europa. Evidentemente, essa sombra jamais deixará de rondar a Europa e o

mundo, a não ser quando cair o capitalismo e o socialismo se erguer.

O problema do rearmamento não se circunscreve à Alemanha. Na realidade, é o país mais retardatário. A crescente importância econômica e financeira da China, a recuperação da Rússia depois de um período de desintegração da União Soviética e a longa estagnação do Japão motivaram a destinação de maiores recursos às suas Forças Armadas. Eis por que os dados indicam um crescimento vertiginoso do orçamento militar nos últimos cinco anos nos países asiáticos do Pacífico. O fato dos Estados Unidos se preocuparem com o avanço do armamentismo na China e Rússia os leva a incentivar o armamento do Japão.

Na Europa, a pressão dos Estados Unidos para que a Polônia aceite a instalação de bases militares tem obrigado a Rússia a fortalecer seu poderio no Mar do Báltico. A guerra civil internacionalizada na Síria aumentou o risco dos choques dos Estados Unidos com a Rússia. O episódio da derrubada de um avião soviético pela Turquia agravou as divergências entre as forças externas que intervêm na Síria. Há que se considerar o conflito que continua aceso na Ucrânia. Faz parte desse quadro a ofensiva dos Estados Unidos e das forças iraquianas e curdas contra o Estado Islâmico. Embora estas zonas de intervenção militar do imperialismo pareçam isoladas, na realidade fazem parte da situação geral de crise mundial do capitalismo, que abriga em suas entranhas as tendências bélicas do capitalismo monopolista.

A vanguarda revolucionária mundial deve trabalhar no seio do proletariado para responder com o programa socialista e com os métodos da luta de classes à crescente barbárie capitalista.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Fidel Castro morreu

Viva a Revolução Cubana! Defesa incondicional de suas conquistas! Derrotar a crescente restauração capitalista!

A primeira revolução social vitoriosa na América Latina teve um extraordinário impacto no mundo, mas especialmente em nosso Continente. Demonstrou que em um país atrasado, semicolonial, e, mais ainda, estando de frente aos Estados Unidos, podia protagonizar a revolução. Questionou a política do estalinismo, contrária à revolução, defensora da coexistência pacífica com o imperialismo e a divisão do mundo que havia sido pactuada pela Rússia com as potências. Comoveu toda a vanguarda e as massas, que acompanharam com enorme atenção e entusiasmo os acontecimentos.

O Movimento 26 de julho, comandado por Fidel Castro, tinha uma plataforma política nacionalista, anti-imperialista, democrática, baseada no ideário de Martí, cujo principal objetivo era derrubar a ditadura de Batista. Nem bem conquistou o poder, teve de enfrentar o boicote das empresas estrangeiras ao governo, o que provocou poderosas divisões políticas e a radicalização do setor liderado por Castro e Che, levando a ruptura com aqueles que se davam por satisfeitos com a derrocada do ditador. É necessário lembrar que o Partido Comunista da Argentina não apoiou a revolução. Sua direção tinha responsabilidade sobre boa parte do Continente.

O imperialismo norte-americano não podia tolerar uma revolução que começava por se proclamar comunista. Em 1960, a CIA começa a organizar a invasão da “Baía dos Porcos”, que é levada a cabo em 1961, com tropas dirigidas por cubanos dissidentes. Iniciativa contrarrevolucionária que foi derrotada pelas massas.



Fidel realiza uma extraordinária manobra comprometendo a União Soviética a defender militarmente a revolução, instalando mísseis na Ilha. Efetivamente, se instalaram os mísseis e, assim, eclodiu uma crise internacional de grandes proporções.

Os Estados Unidos hostilizaram Cuba todo o tempo, com sabotagens, bloqueios, tentativas de assassinato e condicionamento de sua economia e sua política. A heroica resistência da Ilha não deve, no entanto, nos fazer perder de vista o papel político que cumpriu o castrismo. A colaboração da Rússia com a economia e com a defesa militar custou um alto preço. O estalinismo foi dominando a revolução. Burocratizou-se a revolução. Passou-se a perseguir os opositores – nos referimos àqueles que defendiam a revolução, mas não aceitavam o curso burocrático que havia assumido. A revolução devia reconhecer e garantir a atuação política de todas as organizações que a defendiam. O regime de partido único é contrário à democracia proletária. O próprio Castro diria: “compramos todo o pacote” da URSS.

Ditadura? Os meios de comunicação e os politiquês de toda a laia qualificam Castro de ditador, autoritário, contrapondo-o à sua democracia, que, em realidade, é a ditadura da burguesia, de uma ínfima minoria da sociedade. Deste ponto de vista, podemos dizer que Cuba era o país mais democrático pelo fato de não existir a grande propriedade privada dos meios de produção. Assinalamos ambas questões: Cuba foi o país mais democrático e, ao mesmo tempo, criticamos o

processo de burocratização e lutamos por uma revolução política em Cuba, para instalar a ditadura do proletariado.

O jovem revolucionário que dirigiu a primeira revolução vitoriosa se converteu em sua negação. A falta do programa, portanto, a ausência do partido revolucionário, o levou a ir contra sua própria experiência, adotando posições políticas que o afastariam cada vez mais do terreno da revolução.

Aderiu a políticas contrarrevolucionárias: apoiou a Unidade Popular no Chile, considerando-a como a “via pacífica ao socialismo”, como se fosse possível. A Frente Popular, liderada por Allende, jogou um papel contrarrevolucionário, que abriu as portas ao pinochetismo.

Teve enorme responsabilidade sobre o sandinismo, sobre o qual tinha uma grande influência, levando-o a uma política de tipo nacionalista burguês, que fracassou rotundamente e dilapidou a revolução. E também teve a responsabilidade sobre a orientação política da Frente Farabundo Martí, em El Salvador, que tinha melhores condições para a tomada do poder e não o fez quando teve a oportunidade devido à orientação da política derrotista. E teve grande responsabilidade no apoio ao reformismo armado na América Latina, ao foquismo pequeno burguês, responsável por bloquear a construção de uma direção revolucionária. A aventura de Che na Bolívia, procurando estabelecer um foco a partir do campesinato, o que lhe custou a vida, é responsabilidade da direção castrista e, certamente, do estalinismo contrarrevolucionário que abertamente o traiu.

Não nos esqueçamos do apoio às burguesias nacionais latino-americanas, a seus partidos e movimentos. Burguesias que se prostraram diante do imperialismo.

O castrismo preparou o caminho da restauração capitalista. Não havia outro caminho? A queda da URSS acelerou sua crise, a dependência de sua débil economia a levou à ruína. Poderíamos dizer, a seu favor, que durante muitos anos procurou – ainda que equivocadamente – dar impulso à revolução no Continente e em outros lugares do mundo, para superar seu isolamento, estando consciente de que a revolução isoladamente teria dificuldades para sobreviver. Seu “internacionalismo” se orientou a relações com os partidos comunistas contrarrevolucionários e com os movimentos foquistas da pequena burguesia, bem distantes da estratégia da revolução proletária.

Distintamente de outras correntes da IV Internacional, Guillermo Lora advertiu, logo de início, em 1960, sobre os perigos que representava a direção estalinista da revolução.

Ficará na história pelo seu protagonismo na primeira Revolução social vitoriosa no Continente, mas não podemos deixar de assinalar os desastres políticos, sua responsabilidade em ter contribuído para

desviar o caminho da Revolução.

Grande parte do povo cubano lamenta sua morte e o reivindicará como herói nacional. Diferentemente de outras revoluções, em Cuba, muitos de seus dirigentes, de seus protagonistas diretos, ainda estão vivos, como está viva sua experiência com o regime anterior. Estão diante da contradição de defender as conquistas e, ao mesmo tempo, duvidar que o restabelecimento das relações com os Estados Unidos e as medidas de impulso à propriedade capitalista vão contra essas conquistas, agravado por um Estado burocratizado, que os leva a duvidar que seja certo que não havia outro caminho.

Ainda em processo de restauração capitalista, Cuba sustenta importantes conquistas que a colocam como a sociedade mais igualitária, menos injusta, com maior educação e saúde de todo o Continente, conquistas que perduraram apesar das enormes dificuldades que teve de enfrentar.

Os malditos gusanos, o imperialismo, a direita latino-americana e do mundo celebraram sua morte, porque Fidel simboliza que a revolução era possível, ainda que a distância de apenas 140 quilômetros dos Estados Unidos. Em um dos países mais atrasados, Fidel passou a ser sinônimo de expropriação dos capitalistas, enfrentamento à contrarrevolução com mãos de ferro e edificação de uma Cuba que foi motivo de orgulho de sua cultura, de sua educação, de sua ciência, de seu esporte, colocando-se muito à frente de todas as burguesias parasitárias do Continente.

Os revolucionários estão comprometidos com a verdade, com toda a verdade. Ressaltar as virtudes de suas origens revolucionárias, as dificuldades pelas quais passou e também a sua responsabilidade diante dos desastres políticos que protagonizou.

Defendemos a Revolução Cubana e enfrentamos os ataques do imperialismo à figura de Fidel, enquanto sejam ataques à revolução e suas conquistas.

A conclusão obrigatória é que o socialismo é insustentável em um só país. As conquistas da Revolução Cubana são parte do arsenal político e prático do proletariado revolucionário. São uma antecipação do que se pode conseguir sobre a base da socialização dos meios de produção, porém, sua preservação e desenvolvimento dependem do avanço da revolução socialista mundial e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Esta luta começa dentro das fronteiras nacionais e em um movimento permanente deve continuar fora e dentro do país até acabar com toda forma de opressão social e nacional, até instaurar o comunismo em escala planetária.

Viva a Revolução Cubana!

Abaixo a restauração capitalista!

O lugar da Revolução Cubana na América Latina

Há algum tempo, o imperialismo aguardava a morte de Fidel Castro. Envelhecido e doente, Fidel foi se afastando do comando do poder. Bastou o fato de não mais estar envolvido diretamente nas questões governamentais para que os analistas avaliassem como positivo para Cuba, uma vez que seu sucessor, Raúl Castro, era mais flexível e disposto a realizar reformas pró-capitalistas. Essa avaliação não tinha como ocultar que Fidel Castro já havia dado sinais de ceder às pressões restauracionistas.

Em novembro de 1996, Fidel foi até o Vaticano para uma audiência privada com o papa João Paulo II. O que resultou em uma contrapartida do Vaticano, que promoveu uma visita do papa a Cuba, em janeiro de 1998. O acontecimento representou um marco na virada política e ideológica do castrismo. João Paulo II encarnava o movimento contrarrevolucionário de restauração capitalista na Polônia e na Europa do Leste. A declaração de que Cuba deveria abrir-se para

o mundo e o mundo abrir-se para a Cuba evidenciou a estratégia de combate à revolução cubana. Em outras palavras, Cuba deveria abrir-se ao capitalismo, para o capitalismo abrir-se a Cuba. Em março de 2012, Fidel recebeu o papa Bento XVI em Havana. Estava com saúde debilitada e afastado do governo. O chefe da Igreja católica usou a tribuna para pedir mais liberdade e maior presença da igreja na Ilha. Em setembro de 2015, foi a vez do Papa Francisco concluir a missão da Igreja de reatar as relações dos Estados Unidos com Cuba. Fidel Castro termina seus dias sob a decisão do governo dos Estados Unidos, Barak Obama, de integrar Cuba em sua órbita.

Nota-se que o imperialismo se serviu da Igreja Católica para impulsionar as mudanças econômicas e políticas em direção à restauração capitalista. As conquistas da revolução se encontram abaladas, mas não completamente destruídas. A tentativa de Fidel Castro de ocultar sua rendição aos Estados Unidos se deu pela via do restabe-

licimento do poder da Igreja Católica em Cuba. A capitulação ideológica do castrismo expressou o movimento da burocracia estatal, comandada pelo Partido Comunista Cubano, no sentido de adaptar a economia do país à volta da propriedade privada dos meios de produção, processo esse ainda em curso. O intento da esquerda castrista de preservar o principal dirigente do Movimento 26 de julho da responsabilidade de introduzir mudanças pró-capitalistas, distinguindo Fidel Castro de seu irmão Raúl Castro, não se sustenta. É preciso que se diga, com toda clareza, que os dirigentes da revolução de 1º de janeiro de 1959, ao submeterem à orientação do Partido Comunista da União Soviética, a partir de 1962, traçaram o curso da destruição das conquistas do proletariado e do campesinato cubano. Tratava-se da adaptação aos interesses da burocracia moscovita.

Há que se considerar que Fidel Castro e seus companheiros do Movimento 26 de julho lideraram a revolução democrática, que por força das circunstâncias se transformou em revolução socialista. O governo revolucionário, ao dar passagem à luta das massas insurretas e ao impulsionar a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, serviu à causa socialista do proletariado mundial de romper mais um elo da cadeia de dominação imperialista. Não por acaso, se chocou com a orientação mundial do estalinismo de barrar os levantes revolucionários. As contradições da “Guerra Fria” acabaram por empurrar a Revolução Cubana para os braços de Nikita Kruchev.

Representantes e analistas da burguesia imperialista ainda discutem sobre a extraordinária longevidade da Revolução Cubana e de seu dirigente máximo Fidel Castro. Há quem diga que o bloqueio imposto pelos Estados Unidos mais serviu ao regime de Castro do que à sua derrocada. O certo é que depois do fracasso da invasão da Baía dos Porcos por uma força cubana contrarrevolucionária, em 1961, armada e apoiada pelo governo norte-americano, e com a crise dos mísseis, em 1962, a Revolução triunfou definitivamente. Os Estados Unidos teriam de lançar todo seu poderio militar para esmagar o povo cubano, caso pretendessem ir às últimas consequências no objetivo de destruir a revolução. O que poderia provocar uma comoção na América Latina e mundial. O imperialismo optou, portanto, pelo cerco econômico à Ilha, na esperança de sufocá-la rapidamente. No entanto, somente quando o processo de restauração capitalista ganhou dimensão mundial com a desintegração da União Soviética, a Revolução Cubana adentrou claramente no caminho de sua liquidação. Mesmo assim, segue lentamente o percurso da restauração.

O esforço do governo revolucionário de defender Cuba por meio da organização de guerrilhas artificiais na América Latina, que acabaram se degenerando na forma do foquismo e sendo trucidadas pelo imperialismo, revelou a total inconsistência do castro-guevarismo, incapaz de assimilar e materializar o programa marxista do internacionalismo proletário. A procura de aliança com a burocracia soviética e chinesa não se deu apenas por necessidades econômico-financeiras, mas também devido à indefinição programática e ideológica do castrismo.

O essencial dessa crítica foi exposta por Guillermo Lora em vá-

rios escritos, que datam desde 1960, como se pode ler nos artigos aqui publicados. Neste momento, trata-se de retomar o acerto da crítica marxista-leninista-trotskista às deformações do castro-guevarismo e sua subserviência ao estalinismo, que encarna o processo geral da restauração.

Sem dúvida, Fidel Castro há tempo morreu para a revolução. O



seu desaparecimento físico não faz senão obrigar os revolucionários a fazerem um balanço de sua trajetória, com o objetivo de defender incondicionalmente as conquistas da revolução diante da ofensiva imperialista. A burguesia mundial aproveitou a morte do líder da revolução para desenvolver uma campanha em favor do ingresso de Cuba à órbita dos Estados Unidos. O proletariado mundial, ao contrário, deve ter seu próprio balanço para defender as conquistas da Revolução Cubana. Conquistas essas que servem à revolução proletária na América Latina. As suas experiências são de extraordinário valor à revolução em um país economicamente atrasado e de escassos recursos materiais, que se mostrou capaz de superar a miséria, a fome e o analfabetismo. Nenhum capitalista com todo seu poderio chegou a realizar tarefas tão elementares como essas.

Não há um pingão de verdade na avaliação burguesa de que o esgotamento da Revolução Cubana é a definitiva demonstração da inviabilidade do socialismo. A manutenção do seu atraso econômico se deve à impossibilidade de realizar o socialismo em um só país, tese que foi concebida pelo revisionismo estalinista. Cuba atrasada e cercada por todos os lados pela burguesia mundial e, em especial, latino-americana, rompeu a divisão de classes e sobre a base da propriedade coletiva dos meios de produção deu um primeiro passo para acabar com a miséria, a fome e o atraso cultural das massas. Esse é o grandioso feito perante o qual todos os representantes do imperialismo se curvaram. Essas medidas do governo revolucionário devem ser não apenas reconhecidas pelos explorados do mundo todo, mas também colocadas a serviço da continuidade da revolução.

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. A América Latina vem sendo arrastada para o precipício. A direita burguesa está com a ini-



ciativa política, mas os oprimidos caminham para a luta revolucionária. O isolamento de Cuba não será rompido pelos acordos com os Estados Unidos e pela benção do Vaticano, mas sim pelo levante da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida. Há que levantar alto o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Há que trabalhar dia e noite, sem descanso, para construir os partidos revolucionários. Há que reconstituir o Partido Mundial

da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse é o balanço crítico do marxismo diante da morte da maior liderança da Revolução Cubana. A tarefa que se coloca para a vanguarda é a de defender as conquistas da Revolução Cubana, organizando os movimentos de frente única anti-imperialista e anticapitalista.

***Viva a Revolução Cubana!
Morte ao capitalismo!***

O imperialismo diante da morte de Fidel Castro

A morte de Fidel Castro foi amplamente comentada pela imprensa monopolista mundial e se refletiu nos depoimentos dos mais altos expoentes da política imperialista. Foi notória, porém, a diferença expressa no “tom diplomático” dos chefes de Estado e o da raivosa “vingança póstuma” de jornalistas burgueses.

Os chefes de Estado, parlamentares e funcionários imperialistas cumprimentaram o governo e o “povo” cubanos. A declaração mais solidária a “dor” dos cubanos foi mais notória no caso do imperialismo norte-americano. Eis Obama: será “a história quem julgará Fidel Castro”. A abstração da história é um sinal de que a maior potência considera que já há um julgamento em favor do capitalismo. A hipócrita manifestação de Obama está de acordo com sua decisão de reatar as relações com Cuba. Donald Trump fez questão de se diferenciar atacando: havia morrido o “ditador brutal”. Essa declaração rasgou o palavreado diplomático dos Estados Unidos. Certamente, não há nada de especial em tais condutas da maior potência imperialista que se viu diante da revolução vitoriosa em 1959 e que não conseguiu derrotá-la se utilizando de cubanos contrarrevolucionários.

Fidel Castro morre no momento em que a burguesia mundial e em especial a latino-americana cantam maravilhas em torno do fim do divórcio entre Cuba e Estados Unidos. O avanço da restauração capitalista em uma das últimas trincheiras da revolução social está acima dos interesses particulares das potências. Mas Obama procurou reincorporar Cuba quando esta já se rendia e poderia servir aos interesses da burguesia norte-americana. Lembremos que o prolongado bloqueio comercial e a rejeição de se abrirem as negociações bilaterais facilitaram o avanço dos concorrentes europeus. A gradual abertura à penetração de capitais provenientes da Europa e o avanço da parceria com a China rivalizavam com os monopólios e interesses estratégicos norte-americanos.

A declaração de Obama se destacou, assim, por evitar qualquer traço de valorização política e histórica de Castro. Está aí por que se caracterizou pelo tom mais “imparcial” e anódino, se comprado aos depoimentos dos governos imperialistas europeus. Esses não pouparam críticas à “ditadura” de Castro, à ausência de “liberdade de imprensa” e à violação dos “direitos humanos”, bem como ao “estatismo” que entrava a “livre empresa”.

O fundamental está em que os governos imperialistas cuidaram de expressar o seu ódio de classe contra os explorados e a nação oprimida que ousaram fazer a revolução e expropriar o grande capital. Ainda que deformadamente, Castro expressava esse fenômeno histórico e social. A imprensa imperialista está em seu papel real de fazer agir como algozes ideológicos de Castro e das “utopias comunistas”. Os monopólios da comunicação armaram uma ampla campanha mundial nesse sentido. O que por si só expôs o assombro que a Ilha causou por tanto tempo às potências e às burguesias latino-americanas.

Segundo o jornal *Deutsche Welle* (Alemanha), Castro foi “um ditador e inimigo da democracia”. Os cubanos americanizados de Miami, os “gusanos”, esperavam o momento para festejar a morte de Fidel sob a palavra de ordem de “Cuba livre”. Alguns jornalistas lembraram o passado “democrata” de Fidel antes de se tornar um “revolucionário marxista”. De forma que seu “pecado original” seria o de abandonar a luta das urnas pela da luta armada. O *Deutsche Welle* lamenta, assim, a “perda” do “democrata” que se transformou no “fanático revolucionário”. Segundo Hans-Olaf Henkel, se Fidel “tivesse se tornado um democrata, as pessoas construiriam monumentos para ele no mundo inteiro”. Porém, “a Cuba que Fidel Castro deixa não é muito diferente daquela que foi abandonada pelo ditador Fulgêncio Batista”. E conclui: “a Cuba atual, depois de 57 anos sob o programa social da Revolução, é absolutamente pior, mais caótica, mais desigual e mais pobre (...)”.

Na verdade, os “sábios democratas” não perdoam o fato de que os explorados demonstraram que, para romper com a opressão nacional e social, tiveram de passar por cima do nacionalismo e do democratismo

burgueses. A revolução que se iniciou democrática logo se transformou em socialista. Na prática, a revolução cubana realizou-se como revolução permanente. Somente não prosseguiu e se fechou em si mesma devido a que o proletariado latino-americano sofreu inúmeras derrotas e não pode expressar o caráter internacionalista da revolução permanente. Está aí por que a “acusação” da burguesia contra Castro tem um conteúdo de classe preciso: se acusa na figura de Fidel a ditadura de classe do proletariado. Confunde-a com a ditadura burocrática, que como tal serviu por um tempo para resistir à contrarrevolução e como não poderia deixar de ser acabou se convertendo em instrumento da restauração. Os historiadores e sociólogos burgueses, certamente, não têm como caracterizar e explicar o fenômeno da ditadura burocrática, que deriva da deformação da ditadura proletária. É completamente distinta a crítica marxista-leninista-trotskista da ditadura burocrática encarnada pelo regime castrista, que se apoiou e se apoia na expropriação revolucionária dos meios de produção privados, na nacionalização das terras e no monopólio estatal do comércio exterior e que, por ser contraditória com o internacionalismo, se transforma em um poderoso fator da contrarrevolução.

Segundo os jornalistas e analistas obscurantistas, a responsabilidade de a revolução democrática ter dado lugar à ditadura não seria do povo cubano, mas de Fidel que optou por “lutar pelo socialismo”. Assim, as massas são apresentadas como instrumento dos desejos e manejos de um ditador, que as alimentou com seu “ódio às nações industrializadas e sua ordem econômica capitalista”. A luta revolucionária protagonizada pelas massas exploradas e pela nação oprimida é substituída por grosseiro subjetivismo, por uma espécie de psicologia dos sujeitos que lideram os processos históricos. Ao contrário, a revolução em Cuba foi parte de um amplo processo histórico de combate mundial ao capitalismo, que começou no século passado com a vitória da Revolução Russa. A constituição da ditadura burocrática em Cuba e o processo de restauração capitalista, por sua vez, também faz parte de um retrocesso histórico que vem devastando as conquistas do proletariado e recompondo os elos do capitalismo rompido pelas revoluções proletárias.

The Economist, da Inglaterra, leva ao absurdo as falsificações sobre Cuba. O artigo “*The life and times of Fidel Castro*” afirma que se não fosse a anistia política de Batista após o fracassado assalto de Moncada, Fidel teria apodrecido no cárcere. Ou que, se não tivesse o apoiado o presidente Eisenhower, a ditadura de Batista poderia ter tido uma carreira de “político democrata”. Para logo afirmar que Fidel acabou sendo “marxista por conveniência”, uma vez que o comunismo lhe era “útil como uma ferramenta de poder absoluto”. Os jornalistas da imprensa monopolista podem divulgar montanha de conjecturas, deformações e mentiras. Mas jamais poderão apagar que o proletariado e os camponeses constituíram a força histórica da revolução. A quebra de Cuba e a restauração em curso não eliminarão as condições de desintegração do capitalismo, da polarização crescente da luta de classes e da existência do programa e da teoria revolucionária marxistas.

Dentre todos os ataques contra a “utopia comunista” de Castro destacam-se, de um lado, os realizados pelo jornal *The Independent*, da Inglaterra. Nele se representa a morte de Fidel Castro como a própria morte da “era do experimento socialista”. Segundo o articulista, o “marxismo-leninismo estava definitivamente colocado no passado” e que “desde a vitória dos bolcheviques em 1917 até a morte de Castro (...) a era das revoluções comunistas está agora finalizada”.

De outro, a revista *Forbes* (EUA) acusa Fidel de acumular uma fortuna de 900 milhões de dólares. Refere-se à “constatação” de que a “economia estatizada” lhe permitia usufruir do produto nacional de forma pessoal. Mais precisamente: seu usufruto viria do “poder econômico sobre uma rede de companhias de propriedade do Estado”. Castro teria “contas bancárias, negócios e propriedades dentro e fora da ilha”. Nota-se que a burguesia não precisa de provas

ou método para julgar o “ditador” Castro e as “utopias revolucionárias” do povo cubano. Basta apenas trocar a concretude da ditadura burocrática pelo rótulo de “ditadura pessoal” e passar logo a ligar artificialmente o controle da burocracia sobre a economia como sendo privativa de um ditador.

O mais gritante e estúpido dos ataques talvez seja o desfechado por um articulista do Clarín (Argentina). No texto “*Megalomaniaco e astuto, Fidel Castro foi o último rei católico*”, de 27 de novembro, Castro é chamado de “*fundador de uma religião secular, imposta como religião de Estado em Cuba*”. Assim, a “ideologia comunista” de Castro não passaria de uma doutrina dirigida ao culto do líder que concentraria “*o julgamento sobre o bem e o mal*”. Sua popularidade constaria de sua capacidade de comparecer como “*o grande moralista na guerra contra a civilização ocidental, a democracia liberal, a economia capitalista*”. E conclui: “*Castro foi rei e Pontífice*” desse regime e Cuba a “*Jerusalém*”, onde reinava a “*autarquia espartana*” que produz “*ineficiência e pobreza*”.

Basta uma leitura rápida das citações acima para se verificar qual é o teor moral e o rigor “científico” do jornalismo imperialista. Os articulistas, com maior ou menor sucesso (e profissionalismo jornalístico), com

maior ou menor erudição, se colocam a serviço do objetivo de apagar da memória dos explorados a principal lição da revolução cubana: de que é possível aos oprimidos, ainda que em um país tão atrasado como a Cuba, romper os elos da dominação capitalista, expropriar a burguesia, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, iniciar a erradicação da fome, impor a autodeterminação da nação oprimida e dar partida à transição do capitalismo ao socialismo.

Nosso objetivo é o de assimilar as experiências da revolução cubana, defendê-la à morte contra a restauração capitalista e trabalhar com determinação no sentido de superar a crise de direção. Os gigantescos retrocessos que pesam sobre os ombros do proletariado e dos oprimidos em geral expressam as dores do parto do nascimento da sociedade sem classes. O capitalismo retomou o curso do choque das forças produtivas com as relações produção que resultou em duas guerras mundiais. O proletariado e sua vanguarda terão de retomar as experiências das revoluções, entre elas a cubana, e encarnar o programa da revolução mundial. Viva a Revolução Cubana! Que morra o capitalismo senil e bárbaro!

Primeiras manifestações do trotskismo sobre a Revolução Cubana

O artigo abaixo foi escrito quando a Revolução Cubana estava para completar o seu primeiro ano. Observa-se o entusiasmo dos trotskistas diante da luta heroica das massas exploradas por dar continuidade ao processo revolucionário, que culminou com tomada do poder em 26 de julho de 1959.

No Jornal Massas boliviano seguinte, nº 123, de 22 de julho de 1960, é publicada uma resolução do Comitê Central do POR intitulada “Paz e Lechin, traidores, apunhalam a Revolução Cubana”. Denuncia a burocracia da Central Operária Boliviana por não se pronunciar em favor do povo de Cuba. Rechaça a posição do governo Paz Estenssoro por condenar o apoio da Rússia a Cuba, aliando-se a governos latino-americanos como da Argentina e do Peru. Transcrevemos a seguinte passagem e

a conclusão correspondente: “Denunciamos com toda energia, precisamente agora, que a direção do Movimento Nacionalista Revolucionário traiu vilmente a revolução anti-imperialista latino-americana. Não se pode falar com propriedade da revolução se se vira as costas à luta pela libertação nacional das cadeias da nação opressora”.

“Viva a Revolução Cubana!”

“Viva o internacionalismo proletário!”

“Viva a revolução mundial!”

“Abaixo os líderes do MNR, traidores e traficantes!”

“Abaixo o vergonhoso governo usurpador do Movimento Nacionalista Revolucionário!”

“Morte ao imperialismo norte-americano!”

Solidariedade com Cuba

Guillermo Lora, 18 de julho de 1960

A rebelião das massas cubanas é, como as bolivianas, parte da luta continental contra a brutal opressão imperialista. A autodeterminação nacional – e dentro dela o direito de constituir o governo que ache conveniente – é o mais elementar que os países que se consideram soberanos podem exigir.

A revolução cubana, diante do dilema de perecer ou de radicalizar, não teve outro remédio a não ser ocupar as refinarias de petróleo controladas pelo capital financeiro, como única forma de pôr fim à sabotagem imperialista. Quando se trata da sobrevivência de todo um povo, as medidas de antemão se justificam.

A atitude dos cubanos desencadeou imediatamente a revanche odiosa das metrópoles imperialistas.

É claro que uma verdadeira revolução não pode contar com ajuda econômica e técnica dos verdugos dos países atrasados. Uma direção revolucionária tem o dever de estar preparada para rechaçar e vencer a sabotagem imperialista.

As manifestações de solidariedade da União Soviética com a revolução cubana têm por consequência fortalecer o movimento anti-imperialista. Esperamos que, diferentemente do que observamos no passado, a burocracia estalinista tenha a suficiente coragem de permanecer fiel ao povo cubano, acima de todas as vicissitudes da “guerra fria”.

O revanchismo anglo-ianque impulsionará o governo

cubano a intervir em um número maior de empresas controladas pelo imperialismo. Essa conduta não está ditada por uma ideologia pré-determinada, mas sim pela necessidade de assegurar à população os meios indispensáveis à vida diária.

Identificar-se com a revolução não quer dizer fechar os olhos diante das reais possibilidades de desenvolvimento. Os equívocos não favorecem a causa dos explorados.

Não nos enganemos. A revolução cubana está vivendo o período de maior impulso das massas convulsionadas. O radicalismo de seus governantes não é mais do que o reflexo da poderosa pressão de todo um povo que saiu às ruas. A Bolívia conheceu um período similar imediatamente após o 9 de abril de 1952. Enfrentamos a astúcia do adversário e a capacidade de manobra do movimentismo (MNR), bem estruturado e portador de tradição política.

O impulso espontâneo das massas tende a se esgotar se chocando com poderosos obstáculos. O imperialismo procura impor obstáculos com sua sabotagem. A intervenção armada ianque combinará com o boicote e contará com o auxílio da contrarrevolução crioula.

Solidários com Cuba, assinalamos que sua debilidade está na ausência de um verdadeiro partido revolucionário.

(Jornal Massas, nº 122, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, 18 de julho de 1960).

O artigo abaixo foi escrito depois de um ano e oito meses da Revolução. Sua essência consiste na apresentação de perigosos sinais da relação entre o governo revolucionário e a política da burocracia russa. Assinala a bajulação interesseira dos estalinistas bolivianos. Como trotskista, Guillermo Lora podia prever que a ascensão do Partido Comunista Russo, profundamente estalinizado e decomposto, não se dava em razão do internacionalismo proletário, mas sim dos interesses particulares do Kremlin em relação à sua acomodação diante do imperialismo. Não se tratava, porém, de colocar a previsão adiante dos fatos. A tarefa do momento era a de defender incondicionalmente a Revolução Cubana perante o cerco norte-americano. As palavras finais do artigo indicam que o dirigente do POR não via possibilidade da revolução cubana se sustentar, tendo de um lado os ataques do imperialismo, e de outro a envoltura do estalinismo contrarrevolucionário. Está aí por que se mostra apreensivo pelo fato de não ter se constituído uma vanguarda proletária rigorosamente marxista. Hoje, diante da morte de Fidel Castro, da retomada das relações dos Estados Unidos com Cuba, da crescente influência da Igreja e do avanço da restauração da propriedade privada dos meios de produção, esse artigo mantém sua vigência e ganha uma significativa proporção. Revela como o trotskismo foi o mais ardoroso fiel defensor das conquistas revolucionárias das massas cubanas.

O estalinismo isola Cuba

Guillermo Lora, 12 de março de 1961

O Partido Operário Revolucionário reitera sua adesão à revolução cubana e sai em sua defesa, utilizando os métodos da luta de classes. O fortalecimento da corrente revolucionária em nosso próprio país constitui a melhor forma de defender a anti-imperialista Cuba. A efetiva defesa da revolução é o contrário do servilismo aos governantes e supõe o direito da livre crítica de seus erros e de suas deficiências. Os trotskistas que, conseqüentemente, lutam a favor do povo cubano, não desejam pedir nenhuma recompensa por sua posição. Além disso, nos sentimos ofendidos se algum diplomata nos oferecesse uma viagem gratuita, ou uma dádiva em troca de nosso pronunciamento.

O estalinismo contrarrevolucionário utiliza a revolução cubana para seus próprios fins e seus militantes vivem apegados aos embaixadores de Castro, que são descaradamente assediados. É ultrajante que se organizem grupos de amigos a Cuba, quase sempre usurpando gloriosos nomes, com o objetivo central de conseguir ajuda econômica do governo cubano, ajuda que é cinicamente malversada.

A desonesta conduta do estalinismo não pode senão isolar a revolução cubana dos núcleos verdadeiramente revolucionários de nosso Continente. O estalinismo isola e desprestigia a revolução cubana. Quando alguém sai abertamente em defesa de Cuba, corre o risco de que sejam confundidos com os assalariados de Castro. Em troca de pagamento, o estalinismo oferece seu tradicional servilismo.

Por que o governo de Cuba trabalha com os estalinistas? Unicamente porque está obrigado – dadas as condições impostas por

Moscou em troca de sua ajuda. Havana instruiu, portanto, seus diplomatas que trabalhem com os estalinistas, aqueles que se encarregam de transmitir rumores e mexericos, e jamais um informe honesto sobre a situação política dos diversos países.

Repetimos nossos temores sobre o futuro de Cuba. Se se ameniza a tensão entre Kennedy e Kruschew (o que não é de todo impossível), Moscou reduzirá sua ajuda a Cuba e, então, as dificuldades econômicas serão o ambiente propício para o fortalecimento da contrarrevolução interna. O apoio a Cuba não é mais do que um fator secundário dentro da diplomacia moscovita.

O radicalismo de Castro (que pouco antes esteve elogiando a “democracia” ianque e propondo um plano Marshall para a América Latina). É produto do poderoso impulso das massas (que já dão sinais de cansaço) e de uma reação quase instintiva contra as provocações imperialistas. Esse radicalismo pequeno burguês corre o risco de se converter em uma postura antioperária (recordemos o exemplo boliviano), se os trabalhadores não completam a tarefa iniciada e por isso é preciso forjar o partido dos proletários. Estamos alarmados pelo fato de que a história cubana não nos deu uma verdadeira vanguarda operária e nosso assombro cresce ao constatar, conforme ensina a experiência de todas as revoluções, que essa vanguarda não nasce por geração espontânea, ou do dia para a noite. Contudo, desejamos sinceramente à Revolução Cubana uma vida longa e gostaríamos que nossa crítica estivesse distante da realidade.

(Extraído do Jornal Massas, nº 146, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Posição programática do Comitê de Enlace diante da Revolução Cubana

Publicamos abaixo apenas os parágrafos finais da Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, editada na Revista Revolução Proletária, nº 1, novembro de 1993, em função do espaço.

O objetivo geral de expressar a posição do Comitê de Enlace era o de demonstrar o erro daqueles que se reivindicam do trotskismo – entre eles o Secretariado Unificado mandelista e o SWP norte-americano, que se entusiasmaram com o movimento da luta armada foquista desenvolvida pelo castro-guevarismo. O fracasso das “guerrilhas” (foquismo) não pode ser identificado como sendo o fracasso do internacionalismo proletário, mas como a evidente incompreensão do castro-guevarismo sobre a tarefa de organizar a luta revolucionária do proletariado na América Latina. Assim, inicia a Declaração: “Aqueles que se reivindicam do trotskismo devem fazer uma severa autocrítica acerca da posição adotada diante da questão cubana, tão cheia de oportunismo, de exitismo e de falta de compreensão do fenômeno do estalinismo”. Observa-se que não realizaram um exame profundo de seus erros e, por isso, desenvolvem até hoje a política oportunista, típica do centrismo.

Neste momento em que Fidel Castro chega ao fim da vida e que a Revolução Cubana corre o sério perigo da restauração capitalista, vem à tona as posições que se desenvolveram no passado em torno da revolução e cujas conseqüências se manifestam no presente. A formulação do Comitê de Enlace, abaixo, demonstra com precisão a via revolucionária da defesa da Revolução Cubana e latino-americana.

Nossa posição diante de Cuba

Novembro de 1993

“(…) Os erros políticos do castrismo chegaram ao extremo quando abraçou e defendeu a política contrarrevolucionária do estalinismo.

Castro percorreu um trecho apoiado no braço do maoísmo, mas, a pretexto de que Pequim não deu ajuda econômica necessária, concluiu atuando juntamente com a burocracia termodoriana do Kremlin que foi convertida no farol “revolucionário” e não apenas no poder que salvava a Ilha de suas dificuldades materiais.

A queda do estalinismo selou o seu destino e levou o seu isolamento a extremos impensáveis.

A transformação de Cuba e sua projeção ao socialismo somente era possível se se apoiasse na revolução internacional, ou seja, se aplicasse uma política marxista-leninista, contrária à do estalinismo. A tragédia do castrismo volta a nos demonstrar que o “socialismo em um só país” não conduz ao comunismo, mas à derrota do processo revolucionário que se isola do proletariado internacional.

Depois do desmoronamento do estalinismo, o castrismo abandona sua identificação com o marxismo e começa uma vi-

rada para o impropriamente denominado “pensamento latino-americano”, uma forma de se voltar para os governos burgueses, esperando que estes pudessem salvar Cuba e, inclusive, pressionar o imperialismo americano para que se entenda com Castro. Esta atitude chega ao absurdo.

Mais uma vez se confirma a conclusão de que uma revolução vitoriosa somente pode se apoiar no proletariado internacional, na vitória revolucionária que se dê em outros países e de nenhuma maneira nos defensores da grande propriedade privada burguesa.

Não se trata de cantar loas a Cuba, porque isto pode permitir agrupar pessoas, ter algum êxito barato, mas sim de fortalecer o movimento revolucionário internacional, o que exige uma indispensável crítica profunda da equivocada política do castrismo e daqueles que se limitaram a segui-lo em seu périplo, procurando colher alguns aplausos.

Sabemos que unicamente o trabalho revolucionário nos diversos países, objetivando a vitória do proletariado, permitirá arrancar Cuba das garras do imperialismo”.

Assimilar o leninismo

No Massas 532, apresentamos as primeiras formulações de Lênin sobre a questão do partido, que constam do livro “Quem são os ‘Amigos do Povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”, de 1894. Trata-se de uma resposta à campanha da Revista Rússkoe Bogatstvo contra o marxismo. Os populistas atacavam a concepção materialista de história. E deformavam a teoria econômica do socialismo científico, por meio de teorias gerais estereis. Agora, sintetizaremos as principais formulações sobre o partido, que constam do folheto “Tarefas dos Socialdemocratas Russos”, de 1897. Trata-se do enfrentamento de Lênin com os populistas, que se organizavam em torno do grupo Naródinai Volia (A Vontade do Povo) e do partido Naródinoe Pravo (Direito do Povo). O Naródinai Volia acabou por se transformar nos socialistas revolucionários. Lênin os rechaça por negarem o marxismo, separarem a luta política contra a autocracia da luta socialista e por adentrarem ao terrorismo. De forma que se chocavam com a tarefa de organizar o partido do proletariado, cujo embrião, nos dizeres do próprio Lênin, era a “União de luta pela emancipação da classe operária”, organizada em Petersburgo, 1895.

Lênin via a necessidade de constituir uma vanguarda revolucionária intimamente ligada ao movimento operário, que despontava como a principal força social de combate a autocracia e de luta pelo socialismo. O folheto “Tarefas dos Socialdemocratas Russos” apregoa o vínculo entre a agitação das reivindicações mais elementares entre os operários e a “propaganda da doutrina do socialismo científico”. Eis:

“A divulgação do socialismo e das ideias da luta de classes entre os operários da cidade desaguará inevitavelmente essas ideias por canais mais pequenos, mais diversos; para isso é necessário que essas ideias deitem raízes mais profundas nos meios mais preparados e contagem a vanguarda do movimento operário russo e da revolução russa. Ao voltar todas suas forças à atuação entre os operários fabris, a socialdemocracia russa está disposta a apoiar os revolucionários russos que, através da prática, chegam a organizar um trabalho socialista baseado na luta de classes do proletariado, sem ocultar para isso, por mínimo que seja, que não são as alianças práticas com outros grupos de revo-



lucionários que podem ou devem conduzir a contrair compromissos ou fazer concessões a respeito da teoria, do programa e da bandeira. Persuadidos de que somente a doutrina do socialismo científico e da luta de classes podem ser, no presente, a teoria revolucionária que serve de bandeira ao movimento revolucionário, os socialdemocratas russos a propagarão com toda energia, a defenderão das falsas interpretações, se levantarão contra qualquer tentativa de vincular o movimento operário da Rússia, ainda jovem, a doutrinas menos definidas. As considerações teóricas demonstram e a atividade prática dos socialdemocratas confirma que todos os socialistas na Rússia devem transformar-se em socialdemocratas”.

Essa formulação evidencia a necessidade de separar a vanguarda marxista dos populistas (Naródinoe Pravo e Naródinai Volia). Nenhuma concessão deveria ser feita, uma vez que se tratava da constituição do partido do proletariado sobre a base da teoria e do programa revolucionários. A experiência da “União de luta pela emancipação da classe operária” servia de exemplo. Seu trabalho no seio da classe operária de São Petersburgo refletia todo o problema organizativo do movimento operário russo em geral. As colocações de Lênin procuravam generalizar essa experiência. Eis:

“Por acaso não é esta, precisamente, a atividade da “União de Luta pela emancipação da classe operária” de São Petersburgo? Por acaso, essa organização não representa, precisamente, o embrião de um partido revolucionário, sobre a base do movimento operário e que dirige a luta de classe do proletariado, a luta contra o capital e contra o governo absolutista, sem organizar conspiração de nenhuma espécie e extraindo sua força exatamente da fusão da luta socialista e democrática numa luta de classes, uma e indivisível, do proletariado petersburguês?”

Lênin mostra, assim, que o movimento operário já havia dado passos concretos no sentido de organizar o seu partido revolucionário. Não se tratava, portanto, de uma discussão abstrata e caprichosa. O curso que tomaria o movimento da classe operária dependia, em grande medida, de superar os estágios anteriores marcados pelo populismo.